



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS - LICENCIATURA**

NEIDE MARTIM

**A AGROECOLOGIA E A CONQUISTA DO TERRITÓRIO:
O CASO DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO, QUEDAS DO IGUAÇU
(PR)**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

NEIDE MARTIM

**A AGROECOLOGIA E A CONQUISTA DO TERRITÓRIO:
O CASO DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO, QUEDAS DO IGUAÇU
(PR)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto.

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Martim, Neide

A AGROECOLOGIA E A CONQUISTA DO TERRITÓRIO: O CASO DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO, QUEDAS DO IGUAÇU (PR)/ Neide Martim. -- 2017.
61 f.:il.

Orientador: Roberto Antônio Finatto.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de curso Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências Sociais e Humanas , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. A luta pela terra no município de Quedasdo Iguaçu (PR). 2. A agroecologia no Acampamento Dom Tomás Balduino (PR). I. Finatto, Roberto Antônio, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



NEIDE MARTIM

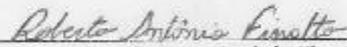
**A AGROECOLOGIA E A CONQUISTA DO TERRITÓRIO: O caso do
acampamento Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo; Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul.

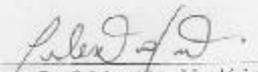
Orientador: Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
28 / 11 / 2017

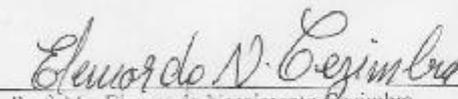
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto



Prof. Me. Alex Verdério



Prof. Me. Elmar do Nascimento Cezimbra

Aos que lutam pela terra e pela construção de territórios com vidas, que defendem e constroem a agroecologia.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Roberto Antônio Finatto por ter aceitado o desafio de me orientar na realização desse trabalho, mesmo com tantos outros compromissos, foi sempre presente e nos meus devaneios e desleixo com o trabalho, soube cobrar e graças a esse esforço, conseguimos concluí-lo.

Aos Educadores do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo, por fazerem parte da minha formação acadêmica, admiro e respeito cada um por contribuírem na construção da Educação do Campo em alternância e pelo esforço em compreender a realidade de cada educando.

Ao Professor Fábio Zeneratti pelas contribuições e indicações na banca de qualificação e aos professores Elemar do Nascimento Cezimbra e Alex Verdério pelo debate e considerações na banca de defesa.

Aos camaradas que trabalham no CEAGRO, um muito obrigado especialmente à Dona Nelci pela comida gostosa que faz, pela alegria contagiante e pelo carinho de mãe/amiga que nos ofereceu.

Aos meus companheiros Adão Ferreira, Carolini Moraes, Adelar Felix e Karina Umbelino, vocês fazem parte da construção da minha identidade, sem vocês minhas escolhas seriam outras e esse trabalho não teria saído. Grata pelos momentos de estudos juntos, onde além de aprender sobre o conteúdo, vocês me ensinavam a me tornar mais humana, ter paciência e não levar as coisas a “ferro e fogo”. Nossos momentos de festas, filosofia da miséria e afogamento de mágoas foram únicos e já sinto saudades.

Aos meus pais pelo apoio e incentivo durante todos esses anos, sem isso meu sonho de graduação seria somente utopia. Admiro imensamente vocês dois, pois mesmo podados do direito de estudar, compreendem e defendem a educação dos seus filhos. Não tenho palavras para agradecer por me ajudarem na criação da minha filha e darem a ela todo o amor e atenção que lhe falta nos dias que estou ausente.

À minha amada filha Izabella Lauane, minha fonte de inspiração e força, que me faz sonhar e lutar por um mundo mais justo e igualitário.

Ao meu companheiro Felipe e sua família pela paciência e compreensão nos dias de estudos. Obrigada Dona Marisa e Seu Carlin pelas reflexões sobre os estudos.

Às famílias do Acampamento Dom Tomás Balduino que me receberam em suas casas e compartilharam comigo suas experiências sobre a vida, obrigada pelo tempo que encontraram para gravar as entrevistas.

Aos meus amigos Marco e Nayara pela disposição em me oferecer a sua casa e dividir o seu alimento nos dias de trabalho de campo. Valeu pelo carinho e cuidado que tiveram comigo.

Ao Jabuti pela paciência que teve com minha pessoa, mesmo com tantos afazeres no acampamento se dispôs a contatar as famílias e a direção para que se concretizasse a pesquisa de campo. Obrigada pelas incontáveis vezes que se colocou à minha disposição.

Ao MST por ter me formado enquanto militante e pela conquista da Universidade Federal da Fronteira Sul.

À Universidade Federal da Fronteira Sul por ser Popular e permitir que o sujeito Sem Terra possa estar na academia produzindo conhecimento.

RESUMO

A luta pela terra é a luta do sem terra pelo seu território, é a demonstração objetiva da necessidade da Reforma Agrária em um país latifundiário. A agroecologia é a luta do sem terra para desenvolver o seu território de forma sustentável, é a expressão da necessidade da Reforma Agrária Popular no país do agronegócio. A presente pesquisa tem por objetivo analisar a função da agroecologia na luta pela terra-território no Acampamento Dom Tomas Balduino, município de Quedas do Iguaçu, Paraná. Relata o processo de constituição do território do Acampamento, assinalando as principais estratégias dos diferentes sujeitos (dirigentes e famílias acampadas) na construção de suas territorialidades. Para a realização da pesquisa foi realizado entrevistas com representantes das famílias acampadas e pesquisa em documentos internos do Acampamento. Foram pautadas as ações, potencialidades e os limites que esses sujeitos vivenciam no processo de construção do território agroecológico. A pesquisa permitiu conhecer um território onde a agroecologia está sendo gestada e vem se constituindo como uma força propulsora no enfrentamento ao modelo de produção hegemônico ao permitir que o Sem Terra, instável em sua existência, construa um território de vida.

Palavras-chave: Território. Acampamento. Agroecologia. Resistência.

ABSTRACT

The struggle for land is the fight of the landless for their own territory, it is the objective demonstration of Agrarian Reform lack in a landowning country. Agroecology is the landless struggle to develop they territory in a sustainable way, it is the Popular Agrarian Reform necessity of expression on the agribusiness country. The present research aims to analyze the role of agroecology in the struggle for land - territory on Camping Site Tomas Balduino, Quedas do Iguaçu (PR). It describes the process of constitution / construction of the Camp's territory, pointing out the main strategies of the different subjects (leaders and families camped), in the construction of their own territorialities. For the accomplishment of the research was realized interviews with families' representatives encamped and researched in internal Camp's documents. The actions, potentialities and limits that these subjects are experiencing in the construction's process of the agroecological territory. The research allowed to know a territory where agroecology is being developed and has been shown as a driving force in the confrontation with the hegemonic model of production, by allowing the unstable landless in its existence to build a life's territory.

Keywords: Territory. Camp. Agroecology. Resistance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.1.1 Objetivos específicos.....	13
1.2 MÉTODO DE PESQUISA.....	13
2 A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELO TERRITÓRIO: O ACAMPAMENTO DOM TOMAS BALDUÍNO - QUEDAS DO IGUAÇU (PR).....	15
2.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO.....	19
3 O SENTIDO DA AGROECOLOGIA.....	26
3.1 A AGROECOLOGIA E A PROPOSTA POLÍTICA DO MST.....	31
4 A AGROECOLOGIA COMO UMA MATRIZ PRODUTIVA NO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO.....	38
4.1 O GRUPO DE ORGÂNICOS “PRODUZINDO VIDAS”	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE A - Roteiro semiestruturado.....	58
APÊNDICE B – Questionário para a Direção do Acampamento.....	60
APÊNDICE C – Quadro caracterizando os entrevistados durante a pesquisa de campo.....	62

1 INTRODUÇÃO

O avanço do capital vem causando impactos à natureza, ao homem e à diversidade da vida como um todo. O agronegócio, materialidade do capital na agricultura brasileira, tem como objetivo principal a manutenção e ampliação do lucro das grandes corporações produtoras de insumos químicos, agrotóxicos e sementes. Por consequência, expulsam os camponeses de suas terras, obrigando-os a buscarem outras fontes de renda, por vezes, nas favelas das cidades. Esse

modelo é, portanto, insustentável do ponto de vista econômico, ambiental e social. Nas palavras de Monteiro (2012, p.67) “o agronegócio, modelo agrícola hegemônico hoje no Brasil, tem como base técnico-científica a chamada Revolução Verde, que se disseminou amplamente no país a partir da segunda metade do século XX, transformando radicalmente as paisagens”.

Assim, discutir e construir a agroecologia nos Acampamentos da Reforma Agrária é fundamental para fazer o enfrentamento ao capital e criar alternativas que estejam articuladas à realidade dos sujeitos e aos seus territórios. Segundo Leff (2002 *apud* GUHUR e TONÁ, 2012, p.61) “o saber agroecológico contribui para a construção de um novo paradigma produtivo ao mostrar a possibilidade de produzir 'com a natureza'”. A agroecologia se constitui como uma ferramenta ideológica, que permite às famílias sem-terra se desenvolverem de forma independente, rompendo ou diminuindo a dependência ao capital.

Considerando que o Acampamento é uma área de lutas e conquistas, onde se cria conhecimento, se produz o território a partir das relações sociais dos sujeitos e das necessidades concretas das famílias, o debate e a prática agroecológica representam a possibilidade de construir caminhos alternativos para a produção de alimentos. Permitem, ainda, a subsistência e a comercialização do excedente, além de contribuir com a formação da consciência em relação à importância da preservação ambiental.

A agroecologia é sinônimo de resistência, de identidade e de luta que possibilita aos camponeses exaltar seu modo de produzir a vida e construir o seu território, ao passo em que produz uma paisagem diversificada contrastando com as monoculturas do agronegócio. Com base no exposto, concordamos com Dematteis (2008, p.39) quando afirma que “os territórios não são rigidamente pré-

determinados, mas são definidos durante o processo de construção do ator coletivo local, a partir de uma hipótese inicial de agregação territorial dos sujeitos participantes”, ou seja, o território vai se constituindo por meio das relações sociais, políticas e culturais que se estabelecem em determinado lugar.

Considerando esse cenário, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a função da agroecologia na luta pela terra-território no Acampamento Dom Tomas Balduíno, município de Quedas do Iguaçu (PR), bem como identificar as estratégias utilizadas para consolidar esse sistema de produção.

O Acampamento Dom Tomás Balduíno possui um processo histórico de disputa de modelos de produção, ou seja, é um território caracterizado pela monocultura do *pinus*, que aos poucos, vem sendo modificado pela produção agrícola de autoconsumo das famílias acampadas. Como a plantação de *pinus elliottii* comprometeu a reserva de nutrientes do solo, há vários limites no desenvolvimento da produção. Portanto, as famílias, mesmo com poucas condições financeiras e auxílio técnico buscam recuperar a área se utilizando de conhecimentos próprios ou técnicas alternativas garantindo a produção de alimentos e a sua reprodução social.

O Acampamento está completando dois anos de resistência e não tem nem um estudo sobre o tema aqui apresentado, daí a importância de estudá-lo. O interesse pela agroecologia ficou em evidência quando iniciei meus trabalhos na coordenação da Escola Itinerante Vagner Lopes e fomos desafiados a discutir a agroecologia na escola com a "Jornada Cultural: Alimentação Saudável: Um direito de todos" . Naquele momento, o coletivo de educadores percebeu que não tínhamos conhecimento sobre o assunto e, da mesma forma, a comunidade e dirigentes do Acampamento eram “deficientes” de conhecimento técnico e teórico. Nesse período, o Acampamento estava com seis meses de resistência, no entanto, as famílias já estavam organizando suas hortas e a produção nos lotes, orientados que não podiam utilizar veneno.

É certo que a Direção do Acampamento buscava justificar tal orientação embasada no discurso político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e foi isso que vivenciei há anos nos espaços do movimento: o discurso pronto, que não garante a efetivação da agroecologia, uma vez que, grande parte da base deseja trabalhar com a agricultura convencional quando conquistam a terra.

Tudo era recente, a constituição do território do Acampamento, a forma das famílias se relacionarem para garantir as necessidades básicas, como a caixa de água e os banheiros coletivos. Entretanto, quando se discutia a produção, a opção pelo lote individual era praticamente unânime, cada família queria fazer do seu jeito e poucas pessoas falavam em cooperativas e lotes coletivos. Isso foi despertando cada vez mais meu interesse em compreender qual a importância da agroecologia para o Acampamento.

Nesse sentido, foi organizado um grupo de estudos sobre a agroecologia na escola, uma vez que, sem o mínimo de conhecimento sobre, os educadores não conseguiam nem ao menos articular os conteúdos com a própria realidade dos educandos e seria praticamente impossível desenvolver a Jornada Cultural, a qual deveria ser planejada juntamente com a Comunidade. Entretanto, houve pouca participação dos Setores¹ do Acampamento. Essa realidade, somando-se com as experiências de outros espaços me inquietava e, aos poucos, fui supondo que a agroecologia não é compreendida como necessária na luta pela terra no Acampamento. Os sujeitos têm a necessidade ver que a produção está acontecendo e gerando renda para, posteriormente, desenvolvê-la.

A agroecologia é um dos fatores que justifica e legitima a luta pela terra diante da sociedade, já que garante a produção de alimentos saudáveis. Dessa forma, discutir a agroecologia nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo é fundamental para garantir os territórios dos povos do campo e exercitar a interdisciplinaridade. A Educação do campo é fruto da luta dos movimentos sociais, especialmente do MST, portanto precisa estar articulada aos interesses destes e dar suporte à produção do conhecimento visando a construção de um novo paradigma que se contrapõe aos interesses da classe dominante e a construção de uma nova sociedade, com sujeitos de valores diferentes na relação com a natureza.

¹ No Acampamento Dom Tomás Balduino cada família acampada se insere em um Grupo de 20 famílias, onde escolhem um Coordenador e uma Coordenadora do mesmo. Os demais integrantes do Grupo também devem se inserir nos setores do acampamento para contribuir na organização dos trabalhos de produção, formação, saúde, educação e segurança. Geralmente ficam responsáveis por cada Setor duas pessoas de cada Grupo de Famílias. Elas têm a tarefa de participar das reuniões semanais do Setor e de repassar as informações para o Grupo.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a função da agroecologia na luta pela terra-território no Acampamento Dom Tomas Balduino, Quedas do Iguaçu (PR).

1.1.1 Objetivos específicos

- Compreender o processo histórico e os sujeitos que possibilitaram o desenvolvimento da agroecologia no Acampamento Dom Tomás Balduino;
- Realizar um levantamento das ações em torno da agroecologia, identificando como estas contribuem nos aspectos sociais, políticos e econômicos das famílias acampadas;
- Identificar os sujeitos e instituições que contribuem para o desenvolvimento da agroecologia tanto no interior quanto no exterior do Acampamento.
- Avaliar o potencial e os limites do desenvolvimento da agroecologia no Acampamento.

1.2 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sobre os principais conceitos relacionados ao tema. Foi elaborado um roteiro semiestruturado (Apêndice A) para a realização de entrevistas com quatro famílias. As entrevistas ocorreram no período de 28 de julho a 16 de agosto de 2017, no Acampamento Dom Tomás Balduino. Os entrevistados eram representantes das famílias acampadas que residem no Acampamento, sendo que dois deles são membros do Grupo de orgânicos “Produzindo Vidas” com tarefas específicas dentro do grupo e nos setores do Acampamento (coordenação de Grupo e Setor da Educação). As demais famílias não compõem o Grupo de orgânicos do Acampamento, porém estão inseridas em atividades dos setores do Acampamento (Setor da Saúde e Coletivo de Mulheres e no Setor de Produção e Direção do Acampamento). As características dos entrevistados constam no apêndice C. As entrevistas com as famílias foram gravadas e depois transcritas.

Também foi enviado um questionário à Direção do Acampamento (Apêndice B) para a coleta de dados, a fim de retratar o histórico da constituição do território. A partir desse questionário, a Direção do Acampamento elaborou um “Dossiê do Acampamento” que foi disponibilizado para contribuir com a pesquisa. A Direção do Acampamento também disponibilizou um “Questionário de informações”, documento interno do Acampamento, que foi utilizado como fonte de pesquisa.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELO TERRITÓRIO: O ACAMPAMENTO DOM TOMAS BALDUÍNO - QUEDAS DO IGUAÇU (PR)

A luta pela terra, como elemento central da questão agrária brasileira, pode ser interpretada como a luta dos sujeitos pelo território. Conforme Raffestin (1993, p.144) “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. O autor cita também que o espaço é a "prisão original", enquanto que o território é a prisão que os homens constroem para si. Considerando essa contribuição, podemos analisar desde a chegada dos portugueses no Brasil, que impuseram sua cultura para dominar o território e constituíram um sistema de ocupação e distribuição da terra que ajuda a explicar a configuração da atual estrutura fundiária brasileira baseada no latifúndio.

Norder (2006) chama a atenção para os elementos que contribuíram na consolidação dos grandes latifúndios e, conseqüentemente, desencadearam uma série de desigualdades sociais. Nossa realidade se constitui como resquício de uma sociedade que construiu seu território excluindo a classe trabalhadora do acesso a terra e de seus bens naturais, a fim de atender a lógica do capitalismo europeu. Assim,

[...] é necessário desde já arrolar algumas das dimensões que em sua articulação, tradicionalmente compõe a questão agrária no Brasil: a) concentração fundiária, b) formação do mercado de trabalho, c) estabelecimento de políticas migratórias e demográficas, d) exercício do poder político (estatal e privado, com destaque para o uso da violência física), f) aplicação de determinadas tecnologias e g) extração, em geral predatória e itinerante, dos recursos naturais. (NORDER, 2006, p. 110).

Podemos analisar, a partir disso, que as dimensões pensadas para desenvolver o território brasileiro atendiam aos interesses de uma classe específica que, por sua vez, geraram conflitos agrários conforme os interesses do capital que foi desterritorializando os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses.

A Lei de Terras de 1.850 é a expressão da concentração fundiária, quando se excluiu o direito dos pobres e negros de acesso à mesma, pois a compra passou a ser o único mecanismo para a sua aquisição. Diante disso, a população que acabara de ser livre com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, se tornou “escrava” novamente, uma vez que não podendo pagar pela terra se via obrigada a

submeterem-se ao trabalho nas fazendas de seus ex senhores, ou a submeter-se ao trabalho urbano em condições precárias. Conforme salienta Prado Junior (1979, p.25),

A massa escrava, mais tarde, apenas recém-egressa da escravidão, bem como os imigrantes que a partir do século passado vieram reforçar os contingentes de trabalhadores do campo brasileiro, nunca estiveram em condições de seriamente disputar para si o patrimônio fundiário da nação. Desde o início da ocupação e colonização do território brasileiro, e até hoje ainda, os títulos de propriedade e o domínio da terra galopam muito adiante da frente pioneira de penetração e ocupação.

A produção das monoculturas de café e cana-de-açúcar obrigava os camponeses a viverem com toda a sua família nas terras do patrão em situação de miséria na condição de agregado. Mais tarde, a partir de 1960, a Revolução Verde com suas máquinas e políticas de incentivos fiscais da Ditadura Militar também excluíram os camponeses da terra. Conforme afirma Oliveira (2001, p.186) “dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade”.

A posse da terra não tinha fins produtivos, mas sim especulativos. A concentração da terra e a exclusão dos camponeses produziram as lutas camponesas pela disputa por território, pois conforme foi acontecendo à concentração, os camponeses se viram obrigados a migrar para outras áreas. Na década de 1960, as Ligas camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem terra (MASTER) e os Sindicatos passam a pautar a distribuição da terra. Porto-Gonçalves (2005) esclarece como se deu esse processo de desterritorialização dos povos do campo, reflexo da Revolução Verde, e como esses sujeitos passaram a se organizar para retomar seus territórios:

Relembremos que 1970 foi a primeira vez, em nosso censo demográfico, que a população urbana ultrapassou a rural. De lá para cá esse processo de desruralização e suburbanização acentuou-se, ensejando diferentes tensões com a expansão viária e com a construção de barragens, que introduziram no léxico político outros protagonistas, como o Movimento pela Sobrevivência na Rodovia Transamazônica ou na BR-364; os Povos da Floresta, com seringueiros aliando-se a indígenas; o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens; os colonos do sul que, nos anos 1970, experimentavam a condição, nova para eles, de sem-terra; além de indígenas e de quilombolas, enfim, o campesinato e demais trabalhadores rurais, comunidades indígenas e de afrodescendentes que se reinventaram

social, cultural e politicamente nesse novo contexto político nacional-globalizado (PORTO- GONÇALVES, 2005, p.15)

Portanto, a constituição do território também é fruto das desigualdades sociais e permite que a classe trabalhadora se coloque nesse processo. O MST, assim como outros movimentos camponeses, surge dessa necessidade de se produzir um movimento contra a concentração fundiária. A estratégia política do MST é fazer as ocupações de terra, organizar Acampamentos e retomar o território - material e imaterial (FERNANDES, 2009), pois a terra é para o sem terra o seu território, o lugar em que ele busca construir a sua vida. No entanto, mesmo com a reterritorialização do território material, é preciso garantir a territorialização do espaço imaterial, a ideologia.

Fernandes (2009) salienta que as disputas do território não acontecem somente no âmbito político, pois o território é um todo composto de múltiplas dimensões, portanto as disputas territoriais estão presentes em outros campos do território, como o teórico e o ideológico. Por isso, a necessidade de considerar a totalidade do território para compreender os conflitos e os sentidos das disputas territoriais, “o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais” (FERNANDES, 2009, p. 201). Para o autor

os territórios materiais são fixos e fluxos [...] são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2009, p. 205)

Já o território imaterial “está relacionado com o controle, domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, metodologia, ideologia etc.” (FERNANDES, 2009, p.210). Por isso, o MST busca organizar suas próprias cooperativas, manter seus cursos de formação, suas escolas e desenvolver/incentivar a produção a partir da lógica agroecológica. São estratégias de tomadas e desenvolvimento do território para sua reprodução social. Conforme afirma Fernandes (2009) “os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos” (FERNANDES, 2009, p. 209).

As lideranças do Movimento organizam o Acampamento por meio do trabalho de base, onde convocam o povo para as reuniões e realizam debate questionando a injustiça social em relação à divisão e o uso da terra. A partir de uma

decisão coletiva erguem-se no meio do latifúndio centenas de barracos de lonas, fincam no chão a bandeira vermelha entoando gritos de ordem, que impulsionam cada sujeito envolvido, para deixar claro que a conflitualidade de interesses pelo uso do espaço é permanente. Geralmente é dessa forma que as famílias sem terra iniciam a luta pela conquista do território, a partir de uma necessidade concreta, são sujeitos que foram desterritorializados pelo processo do desenvolvimento do capitalismo e buscam nas ocupações e Acampamentos se reterritorializar no campo. Para Medeiros (2015, p.218) “a ocupação do território é compreendida como uma das vivências mais significativas, cujo sentido está no seu entrelaçamento com as demais ações substantivas que participam deste mesmo processo de constituição e formação do movimento social”.

O território é uma produção de espaço, onde diferentes classes sociais disputam-no para consolidar seus projetos e produzir seu modo de vida, ou seja, constituir um determinado território com novas territorialidades². É essa a disputa permanente que tece o território.

Espaço e território só existem juntos, uma vez que a existência do espaço é pré-condição para a existência do território (RAFFESTIN, 1993). As relações políticas, econômicas, sociais e culturais resultam de interesses e necessidades dos sujeitos ou de grupos (distintos) que interagem entre si formando o que Raffestin (1993, p.150) denomina de “sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem de algum modo, o território”. Esse sistema organizado permite controlar e impor a ordem no território, da mesma forma, permite que o território se vincule com outros territórios a partir das intencionalidades que o constituem.

Raffestin (1993) também considera que para a constituição do território é necessário levar em conta os aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos. São as relações de poder, as redes de comunicação e circulação que permitem que o território se desenvolva e se constituam novas relações sociais. A territorialidade ou as territorialidades representam as atividades do dia a dia que os sujeitos põem

² Para Raffestin (1993, p. 158) a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral [...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se organizam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1993, p.160). A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder (RAFFESTIN, 1993, p.162).

em prática para manter o seu território. Disputar o território é disputar a economia, a cultura, a política, o conhecimento e a ideologia, o que possibilita aos sujeitos construir seu território e suas relações sociais. O território é, assim, uma expressão de poder, de controle e dominação que permite que seus iguais se identifiquem no mesmo espaço (territorialização dos sujeitos) e excluam os diferentes (desterritorialização). Para Fernandes

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2005, p. 30).

Assim, o movimento de territorialização de um determinado grupo implica na desterritorialização do outro, ou ainda, a “destruição de outro tipo de território”. Com base nessa perspectiva analítica, fica claro que o processo de constituição do território é marcado por conflitos.

2.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO

O Acampamento Dom Tomás Balduino está localizado no município de Quedas do Iguaçu, região Centro-Sul do estado do Paraná, onde desde a década de 1970 ocorrem conflitos agrários em que o camponês, por meio de ocupações e Acampamentos, busca se territorializar num espaço marcado pela concentração fundiária.

No município de Quedas do Iguaçu há dois Assentamentos, o Rio Perdido e o Celso Furtado. Roos (2011, p. 74) esclarece que o Assentamento Rio Perdido é fruto da organização política dos camponeses onde, em 1984, 21 famílias de ex-arrendatários de Quedas do Iguaçu, sem vínculo oficial com um Movimento Social organizado naquele momento, montaram Acampamento na PR 473. Segundo o autor,

Havia também outro grupo de famílias camponesas expulsas das suas terras, localizadas em Nova Prata do Iguaçu e municípios vizinhos que lutavam pela terra da fazenda Rio Perdido. Estas famílias estavam organizadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Nova Prata e estavam acampadas no pátio da Igreja católica da comunidade “Pio X” no referido município. Deste grupo 109 famílias se deslocaram para Quedas do Iguaçu e também montaram acampamento nas margens da fazenda Rio Perdido. A organização destes camponeses no STR de Nova Prata contribuiu para que ingressassem no MST, pois havia uma proximidade dos dirigentes do sindicato com o Movimento (ROOS, 2011, p. 75).

Em 1985, 130 famílias entraram no latifúndio da Fazenda Rio Perdido e no ano de 1988 foi criado o Projeto de Assentamento Rio Perdido.

A luta dos camponeses resultou na compra pelo governo federal de parte da fazenda Rio Perdido. Em 12 de novembro de 1987, o então Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, através da Portaria Nº. 233/87 autorizou a aquisição de 1.200 ha da fazenda Rio Perdido e as benfeitorias existentes na área. A fazenda possuía uma área total de 1.383,00 hectares e havia sido adquirida por “Teixeirinha” (Darci Mário Fantin) do grupo Giacomet-Marodin Ind. de Madeiras S.A., da qual havia contestações sobre a propriedade do imóvel (ROOS, 2011, p. 80).

No ano de 1972, as empresas Madeireira Giacomet S.A. e Marodin S.A. Exportação fizeram uma fusão dando origem à empresa Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S.A, a qual passou a dominar 102.004 hectares de terras nas regiões Sudoeste e Centro-Sul do Paraná. De acordo com Roos (2011, p. 65) os conflitos agrários entre a empresa e os camponeses sem terra passaram a existir desde a década de 1970, onde os camponeses/posseiros que foram expulsos de suas terras pela empresa em anos anteriores, montavam acampamento e eram despejados pelos guardas da Araupel, uma vez que por não estarem articulados em um movimento de esfera nacional e com lutas localizadas eram facilmente esfacelados.

Em meados do ano de 1996 os sem terra, organizados pelo MST, retomam a luta pela terra no latifúndio da Araupel e conquistam uma área de 16.852ha que foi desapropriada, por ser considerada terra da União. Dessa forma, nessa área foram constituídos os territórios dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu.

No ano de 1997 a empresa passa a ser reconhecida pelo nome de Araupel S.A. Em janeiro de 1999 o MST organiza um grande Acampamento, com aproximadamente 1.800 famílias nas margens da PR 158, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, com o objetivo de ocupar e conquistar

uma nova parcela do latifúndio. Na madrugada do dia 10 de maio de 1999 aproximadamente 1.300 famílias que estavam nesse acampamento seguiram até o município de Quedas do Iguaçu e ocuparam um dos setores da empresa onde foi montado o Acampamento 10 de Maio. Outras famílias sem terra se somaram àquelas que permaneceram nas margens da PR e em julho de 2003 o Acampamento da PR 158 contava com cerca de 2.300 famílias que ocuparam o setor do Silo, onde se organizou o Acampamento José Abílio dos Santos.

Na tentativa de resolver o conflito instalado, agora em Quedas do Iguaçu entre a Araupel e o MST, em 2003 o Incra buscou a compra de 23 mil hectares do título do Rio das Cobras, porém na análise jurídica da cadeia dominial, identificou-se a necessidade da nulidade do título, o que ocasionou a Ação nº 2004.70.05.005184-9, na qual a Justiça Federal determinou a posse provisória do Incra do imóvel onde, posteriormente, foi criado o Projeto de Assentamento Celso Furtado, com 1.107 famílias, em Quedas do Iguaçu (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO INCRA/PR, 2015).

De acordo com Roos (2011, p. 62) “o Projeto de Assentamento Celso Furtado foi criado em 26 de Setembro de 2005, a partir da arrecadação de terras das fazendas Rio das Cobras (21.265,5300 ha) e Pinhal Ralo (4.020,0000 ha), ambas de “propriedade” da empresa Araupel”.

O território da Araupel ultrapassa os limites de quatro municípios: Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu. A sede administrativa da empresa se encontra em Porto Alegre/RS e a mesma possui unidades industriais nos municípios de Quedas do Iguaçu e Guarapuava no Paraná. Atualmente, a empresa é reconhecida globalmente pelas atividades desenvolvidas nos setores de reflorestamento, beneficiamento e exportação de produtos de alto valor em madeira (ARAUPEL, 2017).

No entanto, o MST e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) continuam a questionar e denunciar o processo histórico da empresa, afirmando que a mesma faz uso de terras que são consideradas públicas e que a mesma é responsável por conflitos agrários e degradação ambiental na região. (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO INCRA/PR, 2015).

Dessa forma, o Acampamento Dom Tomás Balduino começou a ser organizado pelo MST no dia 01 de junho de 2015, em uma área do Assentamento Celso Furtado, localizado próximo à sede do município de Quedas do Iguaçu. A

organização do Acampamento Base³ nesse local tinha por finalidade massificar e organizar as famílias para a ocupação da área da Araupel, até então, conhecida como o Projeto 4. Na primeira semana foram formados 10 grupos de 15 famílias cada. No dia 07 de julho de 2015, dia da ocupação da área, o Acampamento já registrava 54 grupos de 20 famílias, totalizando 810 cadastros.

A população do Acampamento Dom Tomás Balduino diminuiu consideravelmente devido ao fato de 300 famílias serem deslocadas em março de 2016, para a ocupação da Fazenda Dona Hilda (a qual faz parte da mesma área da fazenda Rio das Cobras) para a formação do Acampamento Vilmar Bordin. Atualmente aproximadamente 600 famílias, residem no Acampamento Dom Tomás Balduino.

No dia 13 de outubro de 2015 a União e o INCRA entraram com uma Ação Civil Pública na Justiça Federal no Paraná, solicitando a nulidade do título da fazenda Rio das Cobras. Conforme exposto no site do INCRA, a empresa, desde 1923, fez uso indevido dessa área que pertence à União, devendo desapropriá-la para fins da Reforma Agrária,

A Ação tem como ré a empresa Araupel S/A, com sede em Porto Alegre/RS, que reivindica o título do domínio do imóvel a que se refere o pedido. A fundamentação jurídica formulada pela Procuradoria da União no Estado do Paraná e proposta pela Advocacia-Geral da União (AGU) é baseada nas concessões realizadas no tempo do Império e na caducidade das mesmas, com fins à reversão das áreas tituladas ao patrimônio da União. “A nossa principal argumentação na Ação é que as obrigações da concessionária Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, referentes à linha férrea à qual o imóvel estava vinculado, não foram cumpridas, e ocorreu a caducidade em 1923. Portanto, a empresa Araupel ocupou indevidamente uma área que é de domínio da União”, analisa Guedes (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO INCRA/PR, 2015).

No dia 18 de dezembro 2015, o juiz da 2ª Vara Federal de Cascavel, Leonardo Cacau Santos La Bradbury, declarou que a área de 10,7 mil hectares,

³ O Acampamento Base é o Acampamento que antecede a Ocupação do latifúndio, é o espaço onde os Sem Terra somam forças e se organizam para conquistar o seu território. “Para a existência do acampamento Dom Tomás Balduino, as formas de Lutas adotadas foram parecidas com as de outras localidades onde hoje é assentamento. Primeiro formou-se um acampamento-base, para aglutinar forças, depois se ocupou um latifúndio [...]. Esse acampamento teve como objetivo principal recepcionar as famílias e aumentar as forças para posteriormente realizar a ocupação de uma área já analisada pela militância do MST como sendo a que se adequasse às necessidades das famílias e que eram de domínio da união/terras públicas” (DOSSIÊ DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO, 2017).

ocupada pela empresa Araupel, no município de Quedas do Iguaçu (PR), não pertenciam à mesma. Sendo assim:

a decisão, portanto, mantém a empresa Araupel na área apenas como usuária, mediante concessão de direito real de uso. Fazendo uma correlação com imóveis urbanos, isto significa que a empresa será apenas inquilina/locatária, devendo pagar a partir de agora pelo uso da terra pública [...]. A Justiça Federal determina, ainda, que a empresa Araupel adquira, em favor da União, no prazo de 90 (noventa) dias, em local mais próximo do município de Quedas do Iguaçu, área com perímetro de 10,7 mil hectares, equivalente aos imóveis objeto da presente demanda. A aquisição deve ser previamente submetida à União e ao Incra, a fim de manifestarem concordância, após a qual será feito o registro da referida aquisição em nome da União Federal, a fim de que possa realizar o assentamento das famílias sem terra (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO INCRA/PR, 2015)

A empresa recorreu da decisão judicial movendo um processo de reintegração de posse, no entanto, o INCRA afirma que:

tendo em vista que a Justiça Federal no Paraná determinou que a área do título Rio das Cobras é pública, por dever de ofício a União/Incra impetrou a ação de nulidade da área remanescente com cerca de 12 mil hectares, bem como solicita a imissão imediata na posse visando solucionar o conflito [...] se as terras são públicas, a Araupel não tem legitimidade para propor qualquer ação de reintegração de posse (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO INCRA/PR, 2015)

As famílias que compõem o Acampamento são oriundas principalmente dos municípios de Quedas do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e Foz do Iguaçu no Paraná e de outros municípios do Mato Grosso, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Muitas dessas pessoas não tinham nem um tipo de relação com o MST e desconheciam sua organização, no entanto, foram inseridas no processo organizativo do Acampamento, assumindo diferentes tarefas. Cada grupo escolheu um Coordenador e uma Coordenadora para comporem a coordenação do Acampamento.

Atualmente são 60 pessoas que fazem parte dessa instância, participando de reuniões duas vezes na semana juntamente com a Direção do Acampamento, coordenando reuniões em seus grupos, repassando aquilo que é discutido na reunião da Direção. A Direção do Acampamento é organizada de forma coletiva; são 20 pessoas responsáveis pela Direção geral, cada uma com uma tarefa específica de coordenação de setor.

O Acampamento está organizado nos seguintes setores: (1) Alimentação, (2) Educação, (3) Infraestrutura, (4) Finanças, (5) Saúde, (6) Disciplina e Produção.

Cada setor é responsável por dar conta das necessidades concretas das famílias acampadas. Além dos setores citados, há dois coletivos organizados: o Coletivo da Juventude e o Coletivo de Mulheres, ambos com caráter de militância. Duas pessoas de cada grupo, preferencialmente uma mulher e um homem, são responsáveis por um setor, devendo participar de reuniões e cumprir tarefas específicas. Os grupos também são responsáveis por realizar a segurança do Acampamento; para isso, cada grupo de 20 famílias é responsável por um dia de guarda, permanecendo 24 horas na entrada do Acampamento, revistando veículos que entram, evitando, assim, a entrada de armas, bebidas e drogas no território em construção.

Figura 01 – Território do Acampamento Dom Tomás Balduino.



Fonte: Google maps, 2017.

A forma organizativa do Acampamento tem seus significados e razões que são necessárias na construção e disputa do território, uma vez que o território que o sujeito Sem Terra se propõe a construir é antagônico àquele que está sendo destruído (latifúndio).

O Acampamento é um território de construção coletiva, dessa forma, envolve um conjunto de relações sociais, nesse processo alguns sujeitos têm mais acesso às instâncias do que outros, organizando os Coordenadores de grupos, fazendo-os movimentar-se nos diferentes espaços como em reuniões da Direção e reuniões nos Grupos de Famílias. Do mesmo modo, aqueles que não participam das reuniões da

Direção são incluídos nas reuniões dos setores e mobilizados a participarem das reuniões dos grupos a fim de receberem as informações.

A consolidação do território depende da organização dos sujeitos. Para viabilizar a produção agrícola é fundamental a existência do Setor de Produção, responsável também por articular muitas ações em torno da agroecologia, como será tratado a seguir.

3 O SENTIDO DA AGROECOLOGIA

A história da humanidade tem sido marcada pela relação entre homem e natureza, onde o homem busca desenvolver e aprimorar técnicas agrícolas, a fim de suprir suas necessidades (produção de alimentos) de forma autônoma, dependendo cada vez menos do tempo da natureza. Do sistema de pousio à rotação de culturas o homem chega às descobertas científicas e tecnológicas no início do século XX melhorando geneticamente plantas e animais, utilizando fertilizantes químicos e a mecanizando a agricultura. Conforme salienta Hespanhol,

a introdução e a expansão dessas tecnologias levaram ao abandono progressivo do sistema de rotação de culturas e à separação entre a produção vegetal e animal, ao mesmo tempo em que possibilitaram a ampliação da escala da produção, aumentando a disponibilidade de alimentos e de matérias - primas. (HESPANHOL, 2008, p. 119)

Esse processo de introdução e expansão da tecnologia na agricultura ficou restrito inicialmente aos países desenvolvidos e, a partir da II Guerra Mundial, foi desenvolvido nos países subdesenvolvidos e ficou conhecido como a Revolução Verde. Seu objetivo era modernizar a agricultura em qualquer território com seu pacote tecnológico de sementes melhoradas, insumos químicos e mecanização. No Brasil a modernização na agricultura é intensificada em meados dos anos 60, no regime político da Ditadura Militar, em que o Estado facilita mecanismos institucionais para consolidar a industrialização no país. Ainda de acordo com Hespanhol,

O Estado brasileiro criou um aparato institucional altamente favorável à modernização da agricultura, destacando-se a sua atuação em várias esferas, que implicaram: a) a criação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais (1963) e do Estatuto da Terra (1964); b) a concessão de crédito subsidiado por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965); c) o investimento em pesquisas agronômicas e extensão rural, favorecendo a disseminação do modelo produtivista; d) a política fundiária, valorizando a propriedade privada atrelada ao mercado de terras e, ao mesmo tempo, controlando ou intervindo nos movimentos sociais de trabalhadores rurais. (HESPANHOL, 2008, p. 120)

O processo acelerado de industrialização da agricultura desencadeou uma série de consequências no campo e nas cidades. A intensa concentração de terras facilitada pelo Estado possibilitou o aumento dos grandes latifúndios e consequentemente o êxodo no campo e o inchaço populacional nos grandes centros

urbanos, aumentando assim o contingente de desempregados. Destaca-se também que a industrialização da agricultura “provocou o agravamento dos problemas ambientais derivados da compactação dos solos em razão da intensa mecanização das atividades agropecuárias e da utilização indiscriminada de agrotóxicos” (HESPANHOL, 2008, p. 120).

Como abordado anteriormente, o agronegócio faz do campo um lugar sem gente, pois sua lógica é a produção para a exportação dos produtos agrícolas, contrapondo-se à consolidação de uma cultura camponesa. Ao questionar as famílias acampadas sobre suas experiências com a produção convencional, estas relataram a dificuldade nos seguintes termos:

na época que a gente trabalhava, trabalhava muito com soja, com trigo, com essas coisas aí. Que que eu vou te dizer? A questão da renda, que a renda nunca dá o que a gente espera, né? E outra é uma plantação que a gente não tem proveito com a família, entende? Tudo o que a gente faz a gente tem que vender, você não come aquilo, soja, trigo, a gente tem que vender, se o preço tiver bom você tem um lucro mais ou menos ali naquela safra tua pra tu tirar pra comprar o arroz, o feijão e as coisas pra tua família, razoável digamos. Mas se o preço não tiver bom e a plantação não dá boa você não tem, entendeu? Você não aproveita dos dois lados, você não aproveita o que come e nem pega em dinheiro. Então eu acho que foi muito péssima essa época que trabalhei com aquilo, sofri muito e não quis mais. (ENTREVISTADO 01, 2017)

Ainda, há relatos de como as famílias se inseriam nesse modelo, mesmo que a produção não fosse destinada à comercialização e em grande escala. De acordo com o Entrevistado 02,

então a gente sempre trabalhou como pequeno agricultor, é arrendatário e a produção que a gente tinha era para o autoconsumo, muito raro a gente produzia alguma coisa pra venda e sempre nesse modelão convencional. A gente fazia, o pai fazia um esforço pra não usar tanto veneno, mas como tava no pacote sempre usava uma dosagem, por mais pouco que seja, mais usava algumas coisas nesses tratamentos. A maior dificuldade era com relação ao acesso ao crédito e também ao maquinário, que, às vezes, por mais pequena que era a área como agricultor familiar, mas sempre recorria de algumas, alguns equipamentos agrícola, tipo um trator, um pulverizador e de uma plantadeira (ENTREVISTADO 02, 2017).

A lógica da agricultura convencional é a de utilização de insumos externos, sendo assim, não se sustenta economicamente, conforme afirma um acampado que já trabalhou com o sistema convencional “encontrei dificuldades, principalmente nos financiamentos, dívidas foram contraídas e a falta de maquinários e conhecimento

técnico, né?” (ENTREVISTADO 03, 2017). É nesse contexto que a agricultura convencional começa a ser questionada e as formas alternativas de produção (agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura ecológica, agroecologia, etc.), que, anteriormente eram consideradas ultrapassadas, passam “a significar a possibilidade de mudança efetiva nos padrões de desenvolvimento agrícola merecendo, portanto, mais atenção” (GONÇALVES, 2008, p. 133).

No entanto, essa mudança de consciência ficou restrita a uma pequena parcela da população, como esclarece Hespanhol (2008)

Parcela dos consumidores, sobretudo aqueles mais sensibilizados com os problemas ambientais, com maior grau de escolarização e com maior poder aquisitivo, passam a valorizar os produtos genericamente denominados de orgânicos, surgindo novos nichos de mercado que passaram a ser atendidos por produtores rurais que substituíram ou abandonaram o sistema convencional de produção por outros menos agressivos ao meio ambiente e ao homem. (HESPANHOL, 2008, p.121).

A agricultura orgânica passa a atender a lógica do mercado a partir da regulamentação/ certificação dos produtos orgânicos reconhecidos pela FAO (Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). De acordo com Gonçalves (2008, p. 132) a produção orgânica diferencia-se da agricultura convencional quase que exclusivamente pelo uso de insumos limpos, uma vez que não busca superar a lógica desse sistema de monoculturas.

É certo que as agriculturas alternativas não foram suficientes para solucionar os problemas sociais e ambientais ocasionados pelo modelo convencional, contudo, Caporal e Costabeber (2015, p. 266) lembram que “neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis”. Sendo assim,

nos últimos 30 anos, dotando o conjunto das agriculturas alternativas de maior consistência conceitual e metodológica e trazendo para o debate político, ecológico, econômico e social a necessidade de superação do padrão de agricultura industrial, pensadores da academia e movimentos sociais têm defendido a proposta da Agroecologia. (GONÇALVES, 2008, p. 150).

Para Gonçalves (2008, p. 151) a agroecologia é entendida como uma ciência que possui uma metodologia própria, no entanto, se apropria da teoria de diferentes áreas do conhecimento e se constitui enquanto matriz disciplinar,

integrando os saberes e experiências dos diferentes sujeitos social, permitindo assim, a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural.

De acordo com Guhur e Toná (2012, p.59) a agroecologia surgiu no Brasil no final dos anos de 1970 no contexto do movimento da chamada agricultura alternativa, no entanto, até metade de 1980 essa discussão ficou limitada a alguns intelectuais.

Schmitt (2013) afirma que a tradução e a publicação no Brasil do livro de Miguel Altieri a “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa” no ano de 1989 marcou a “passagem de uma concepção centrada na difusão de práticas tecnológicas específicas [...] para uma abordagem que tomava o agroecossistema como unidade de análise e intervenção” (SCHMITT, 2013, p.176). Guhur e Toná (2012, p. 59) afirmam que nos anos seguintes, as Organizações não Governamentais (ONGs) passaram a difundir a agroecologia e nos anos 2000 os movimentos sociais do campo inseriram o debate da agroecologia em suas ações políticas.

a Agroecologia precisa ser entendida como um enfoque científico, uma ciência ou um conjunto de conhecimentos que nos ajuda tanto para a análise crítica da agricultura convencional (no sentido da compreensão das razões da insustentabilidade da agricultura da Revolução Verde), como também para orientar o correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, na perspectiva da sustentabilidade. (CAPORAL, 2002, p. 16)

A agroecologia pode ser entendida como um campo da ciência que tem como unidade de análise o agroecossistema. Assim, permite pensar e desenvolver agroecossistemas produtivos conservando os recursos naturais, atentando para as questões culturais, sociais, políticas e econômicas de forma sustentável “tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica, para toda a sociedade” (CAPORAL e COSTABEBER, 2015, p.277). Esse entendimento também aparece na fala de um dos entrevistados no Acampamento Dom Tomás Balduino, segundo ele:

a agroecologia, eu entendo como uma ciência que busca explicar os funcionamentos dos agroecossistemas com bases em princípios e práticas agressivas ou não, porém sem prejudicar a resiliência dos agroecossistemas com dimensões tanto ecológica, quanto social e econômica com a finalidade de suprir as necessidades nossas (ENTREVISTADO 03, 2017).

Para Caporal (2006, p. 47) a agroecologia busca articular e integrar o conhecimento de diferentes disciplinas e ciências (história, sociologia, química, física, etc), a fim de compreender o “todo” na sua unidade de análise. Dessa forma, o objetivo da agroecologia é ir além do manejo sustentável do agroecossistema, contribuindo na relação cultural dos homens com a natureza e demais seres vivos. Nesse sentido, o entrevistado 02 (2017) afirma que “a questão da agroecologia, pra mim, é uma militância a vida” e ao ser questionado como imagina o seu lote, o mesmo, em seu relato, expressa que pretende se utilizar de diferentes campos do conhecimento na organização e planejamento do trabalho e da produção,

vai buscando outros caminhos para chegar numa propriedade que de fato a vida seja valorizada como ela merece, que sejam valorizadas as relações com o espaço. Eu imagino que meu lote tenha que ter uma diversidade muito grande de produção, que seja um espaço, que para além de ser um espaço produtivo seja também um espaço de descanso, uma área que eu possa oferecer aos militantes do movimento, um espaço pra gente recriar, dizer assim, lá em casa tem produto, que se quer ficar lá em casa descansando da vida, vai lá, tá disponível. E também quero organizar meu lote no sentido de ter, que se seja uma propriedade planejada, onde as zonas de produção elas se liguem umas com as outras, onde a minha força de trabalho, que eu vou utilizar de uma forma familiar, ela não se desgaste muito, por um processo de logística das ideias de linhas de produção. E também quero utilizar de muita tecnologia, tecnologia assim, no sentido de eu cada vez menos utilizar da minha força de trabalho. (ENTREVISTADO, 02, 2017)

Guhur e Toná (2012, p. 60) entendem que “como ciência, a agroecologia emerge da busca por superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada”. A afirmação do Entrevistado 01 (2017) a seguir explicita a ideia dos autores quando o mesmo ressalta a importância de cultivar variados tipos de produtos para desenvolver diferentes tipos de trabalho, se contrapondo à lógica da produção capitalista (monoculturas). A partir do momento em que o agricultor se envolve na produção diversificada, desenvolve paralelamente diferentes tipos de trabalho e, conseqüentemente, precisa desenvolver/dominar diferentes técnicas de cultivo, uma vez que “a agroecologia exige conhecer a dinâmica da natureza e, ao mesmo tempo, agir para a sua transformação” (GUHUR e TONÁ, 2012, p.62).

Então, a agroecologia pra mim, começamos pela parte saudável neh, tranquila para trabalhar e bem saudável e que ajuda a gente também ate na... estava falando ai com minha mulher, ate na terapia, porque a diversidade, é são coisas que faz com que a gente se ocupe mais, assim

tem mais gosto pelo que ta fazendo. Eu acredito que a agroecologia hoje ela ta ajudando muito o homem do campo, muito em todas as partes.
(ENTREVISTADO 01, 2017).

Um dos entrevistados, ao ser questionado sobre o que entende por agroecologia afirma que “é o cuidado do meio ambiente, é o cuidado desde não colocar fogo, deixar apodrecer os inços lá, a mata, assim, pra usar aquilo depois que decompõe daí utiliza na roça de novo” (ENTREVISTADO 04, 2017). Caporal e Costabeber (2015, p. 265) esclarecem que o uso do termo agroecologia remete a ideia de uma agricultura que proporciona o bem ao homem e à natureza, entretanto os autores chamam a atenção para o cuidado reducionista que essa interpretação sobre o conceito da agroecologia ocasiona,

Entretanto, mostra-se cada vez mais evidente uma profunda confusão no uso do termo agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos, prejudicam o seu entendimento como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável [...] na verdade, essas interpretações expressam um enorme reducionismo do significado mais amplo do termo agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, p. 265).

Ainda, Caporal e Costabeber (2015, p. 273) esclarecem que a agroecologia não segue um receituário de teorias prontas sobre desenvolvimento rural, metodologias participativas ou sobre métodos que validem o conhecimento técnico. Entretanto, é por meio dos conhecimentos e experiências acumuladas, da investigação e diagnóstico participativo que os agrecólogos constroem um método de intervenção, a partir de novos conhecimentos produzidos com a realidade, contribuindo assim no processo de transição agroecológica.

3.1 A AGROECOLOGIA E A PROPOSTA POLÍTICA DO MST

De acordo com Gonçalves (2008), desde o final da década de 1990, o MST já dava sinais de que seu desafio seria superar o modelo de produção convencional e assim, passou a defender outro modelo de desenvolvimento para o campo “baseado na reforma agrária como instrumento de distribuição de riqueza, renda e dos meios de produção aos trabalhadores, tendo como metas realizar uma produção sustentável e cooperativizada” (GONÇALVES, 2008, p. 199). Dessa forma,

A ideia de renovação na matriz tecnológica na produção agropecuária nos assentamentos ganhou força a partir do ano 2000, quando o Movimento passou a difundir a necessidade de que os acampados e assentados deveriam se preocupar primeiramente em garantir a segurança alimentar da família, com produtos de qualidade, diversidade e, sobretudo, livre de agroquímicos e livre de transgênicos, sementes que, no Brasil, ainda eram cultivadas de maneira clandestina, trazidas do Paraguai e Argentina (GONÇALVES, 2008, p. 200).

Ao se contrapor a essa lógica, o MST passa a defender a agroecologia como sistema de produção necessário nas áreas de Reforma Agrária com o intuito de resgatar os saberes, a autonomia e a independência dos camponeses, uma vez que “a agroecologia emerge em um contexto de aprofundamento do debate ambiental, incorporando a defesa dos camponeses, expondo os conflitos agrários, ambientais e pela produção de alimentos” (FACCO, 2015, p. 73).

Entretanto, Gonçalves (2008) esclarece que o MST a partir do momento que passa a defender outro viés de produção, se depara com desafios e necessidades, como “a necessidade de incentivar modelos participativos mais focados nas experiências criadas em cada Comunidade de assentados, para então introduzir as mudanças na base da produção agrícola pelo viés agroecológico” (GONÇALVES, 2008, p. 200) ou ainda, pressionarem o Estado para garantir políticas públicas que viabilizassem a pesquisa e a extensão na área da agroecologia, a fim de produzir conhecimento a partir das experiências dos camponeses. Da mesma forma, seria necessário garantir a divulgação da agroecologia, a formação e a assistência técnica e o intercâmbio entre as famílias acampadas para realizar a troca de experiências. Assim,

entre os desafios postos, entrou na pauta política a necessidade de uma “reviravolta” na lógica organizativa do próprio MST, que teve início com a extensão do “arco das alianças” políticas, visando “englobar” grupos diferenciados que atuavam no desenvolvimento da Agroecologia entre os quais: as organizações não governamentais, os pesquisadores de universidades, os movimentos sociais que operam nas escalas local/regional/nacional/internacional, enfim, diferentes grupos e sujeitos, com os quais o MST deveria se relacionar para aprender, receber formação técnica e trocar experiências sobre as tecnologias alternativas de produção agrícolas já colocadas em prática por estes grupos e pessoas (GONÇALVES, 2008, p. 204).

Neste contexto, “a agroecologia é vista como inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pela reforma agrária e urbana e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da

cidade” (NOVAES et al., 2015, p 217). Dessa forma, o grande desafio do Movimento é criar estratégias para difundir a agroecologia em sua base, como conhecimento científico e transformar a consciência das famílias sem-terra de que a agroecologia serve para o autoconsumo, a comercialização e ainda é uma ferramenta de luta contra o monopólio das multinacionais que tiram dos camponeses a capacidade de germinar suas próprias sementes.

De início, a tentativa do MST em romper com o modelo de produção capitalista apresentou diversos entraves, como a falta de condições econômicas, políticas e a própria ideologia não permitia a efetivação do processo de transição de um sistema para outro. Entretanto, o Movimento deu continuidade a essa meta, conseguindo apoio de algumas Universidades, políticos e militantes engajados na defesa da agroecologia. No caso do Paraná, essa articulação permitiu a realização, no ano de 2002, da 1ª Jornada Paranaense de Agroecologia no município de Ponta Grossa, “evento que reuniu 5.000 delegados provenientes de assentamentos de todas as regiões do Paraná, além de produtores rurais ligados a diferentes entidades [...] que trabalhavam no desenvolvimento da Agroecologia” (GONÇALVES, 2008, p. 225).

A 1ª Jornada de Agroecologia teve um caráter de troca de experiência entre o MST e as demais entidades participantes, conforme afirma Gonçalves (2008, p.227):

A 1ª Jornada de Agroecologia marcou a união de esforços entre diversas organizações e serviu de laboratório do MST/PR para aprendizado com as demais organizações, já que várias entidades, sobretudo AOPA, AS-PTA, ASSESSOAR, CAPA, CRABI, DESER, MMC, há anos, desenvolviam experiências agroecológicas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, articulando produtores, organizando eventos, formando núcleos familiares de produção agroecológica, redes de comercialização, capacitando produtores e técnicos, desenvolvendo materiais didáticos e cartilhas, etc.

A partir da 2ª Jornada de Agroecologia, realizada no ano de 2003, o MST “focou na formação de um evento com característica mais de luta contra o capital e focado na presença maciça de seus militantes, do que um espaço de troca e aprendizagem em Agroecologia com as demais organizações” (GONÇALVES, 2008, p. 227), com isso, a Jornada de Agroecologia passa a ser um modo de resistência e ofensiva contra os interesses do capital. Dessa forma, em cada Jornada realizada o MST buscou fazer denúncias contra o capital, ocupando Centros de Pesquisas de

empresas estrangeiras, como a Monsanto e a Syngenta, destruindo viveiros de experimentos transgênicos, realizando marchas para denunciar e manifestar contra os crimes ambientais e sociais ocasionados pelo agronegócio, conforme afirma Gonçalves (2008, p. 235)

o MST procura relacionar o discurso ideológico com a ação política, promovendo lutas efetivas e diretas contra o capital monopolista/químico/financeiro/agroindustrial, entre os quais a ocupação de fazendas e centros de pesquisas de multinacionais da agrobiotecnologia, marchas contra os transgênicos, contra o Agronegócio, contra os Agrocombustíveis, protestos nos pedágios, protestos contra a carestia dos alimentos, etc.

A Jornada Paranaense de Agroecologia tornou-se uma ferramenta de luta política importante ao se constituir como um espaço onde são socializadas experiências agroecológicas, realizados debates, oficinas, exposições culturais (místicas, músicas, etc.) e troca de sementes entre os sujeitos com o intuito de transformar a ideologia dos trabalhadores. Geralmente esse evento tem uma duração de até cinco dias.

Além das Jornadas de Agroecologia, o MST possui os Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia para a formação da Juventude Sem Terra numa perspectiva de transformação da realidade vivenciada nas áreas de reforma agrária. Os estudantes possuem o compromisso de retornar em suas bases e discutir a agroecologia como um conhecimento científico, contribuindo no avanço da produção de alimentos saudáveis, na preservação e recuperação da natureza. Gonçalves (2008, p. 239) entende que

A proposição dos “Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia” data do início dos anos 2000, quando o MST passou a se preocupar tanto em se qualificar para atender às demandas de assistência técnica aos assentados, quanto processar a mudança da matriz produtiva.

Os cursos oferecidos nos Centros de Formação do MST buscam romper com a lógica dos cursos tradicionais que defendem a ideologia do agronegócio, ou seja, “os centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia são também espaços de formação política, já que visam a formação de profissionais diferenciados, os chamados militantes educadores e extensionistas” (GONÇALVES,

2008, p. 245), são sujeitos que se apropriam do conhecimento técnico-científico ao mesmo tempo em que desenvolvem o conteúdo político.

Desenvolver a agroecologia não é tarefa fácil, mesmo o MST conquistando apoio de Universidades, ONGs e de uma parcela da sociedade, por meio do discurso e de algumas práticas de agroecologia para atenuar a crise ambiental e social, não se avança muito. A falta de recursos, conhecimento e políticas públicas influenciam diretamente no processo de desenvolvimento da agroecologia, mesmo nas áreas de Acampamento, faz-se necessário a superação da agricultura convencional e a busca contínua do reconhecimento da agroecologia como uma ferramenta de resistência e emancipação das famílias sem-terra.

Entretanto, quando perguntado aos acampados sobre qual é o papel do movimento em relação à agroecologia, se existe alguma forma de incentivo, estes se posicionaram da seguinte forma:

Então, o movimento, em relação à agroecologia, no meu ver, hoje, é um pilar forte a nível nacional, uma vez que é um movimento de camponês, logo é uma ferramenta de divulgação, de propagação da questão da agroecologia, que motiva a agroecologia. Então, a agroecologia na minha avaliação é o carro forte nessa divulgação, na propagação da ideia da agroecologia no Brasil, uma vez que todo esse conhecimento voltado às questões técnicas e às questões políticas que envolvem, na minha avaliação o processo de pensar a produção orgânica e agroecológica (ENTREVISTADO 02, 2017).

Outro entrevistado afirma que “sim, existe incentivo e apoio e minha concepção, o principal papel das ações do MST dentro do Acampamento é o papel formativo, ideológico, pois o MST tem bons quadros” (ENTREVISTADO 03, 2017). Nesse sentido, o Entrevistado 01 (2017) reconhece a importância do MST para a formação de sua base

O MST eu acredito que é o único movimento que eu conheci que traz isso pra gente no campo, porque nem na escola quando eu estudava, ninguém me falava isso. Aqui que eu fui aprender, entendeu? Então eu acredito que o MST tá sendo uma escola que tá formando muitas pessoas a serem educadas no campo.

Os acampados participaram da 14ª Jornada de Agroecologia em 2015, naquele momento, com apenas 20 dias de ocupação, foi o primeiro contato de algumas pessoas com a agroecologia. Na sequência, o Coletivo da Juventude

⁴passou a organizar cine debate para a Comunidade, atividade que durou alguns meses.

Em 2016, novamente o Acampamento participou da Jornada de Agroecologia e, a partir dela, houve uma tentativa de organizar formações teóricas sobre a agroecologia com o Coletivo da Juventude, onde houve um dia de estudo sobre agroecologia, juntamente com trabalho de campo na horta do Acampamento. No entanto, essa atividade também não teve continuidade.

Atualmente, as lideranças do Acampamento vêm fazendo um esforço de realizar formações, oficinas e debates com todas as famílias acampadas sobre a agroecologia, conforme relata um acampado sobre os cursos que participou: “foi tratado sobre os cuidados da terra, sobre como cuidar o meio ambiente, como cuidar da água, né? [...] evitar fogo, evitar venenos, principal o veneno, a gente tem o plano: é a comida sem veneno, né? Uma alimentação saudável” (ENTREVISTADO 04, 2017). De acordo com os entrevistados, o Acampamento conta com o apoio de técnicos/agrônomo do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia⁵ (CEAGRO) que contribui com palestras e orientações para as famílias.

nós temos vários contatos de pessoas que vem auxiliando. Até então, nesse momento que é a primeira safra que a gente vai trabalhar a gente já teve algumas conversas com alguns técnicos, alguns engenheiros agrônomo sobre algumas possíveis linhas principais de produção que é interessante nós trabalhar aqui é claro que sempre está sendo incentivado a produção para o auto sustento e depois para o comércio. Então, até então a formação mais detalhada sobre técnicas de cultivos dentro do nosso Grupo Produzindo Vidas ainda não tivemos, até onde sei que eu tenho participado. Mas tem um pessoal da Ecovida que, através do Ceagro, ‘volte e meia’ passam por aí e fazem alguma conversa com a gente, mas muito informal sobre algumas técnicas de produção, algumas coisas assim pra quando a gente começar nosso trabalho na área certificada. Até então as formações que a gente tem sobre, as conversas informal é pra gente levar aí no dia a dia aí nos lotinhos pequenos que a gente vem cultivando junto com as outras famílias do Acampamento de modo geral (ENTREVISTADO 02, 2017).

⁴ O Coletivo da Juventude é um grupo de jovens organizados dentro do Acampamento e tem a tarefa de organizar suas pautas e contribuir com o fortalecimento do Movimento.

⁵ O Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia – CEAGRO é uma associação fundada no ano de 1997 que desenvolve atividades de assistência técnica, pesquisa e capacitação tecnológica junto aos agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária da região Centro do Paraná. Com sede no município de Laranjeiras do Sul/PR, o CEAGRO possui atuação na maioria dos municípios do Território Cantuquiriguaçu. Atualmente suas atividades estão organizadas a partir de quatro eixos estratégicos e transversais: agroecologia, Cooperação e Gestão, Gênero e Juventude (CEAGRO, 2017).

Assim, desde meados de 2016, a produção agroecológica passou a ser pauta nas reuniões de grupos das famílias do Acampamento na tentativa de organizar um grupo interessado em desenvolver a agroecologia. A maioria dos sujeitos que constituíram o grupo já tinha contato ou conhecimento sobre a agroecologia e decidiu fazer parte de forma espontânea. De acordo com um membro do Grupo “Produzindo Vidas”,

como eu sempre carreguei, aprendi a carregar e sempre vou carregar essa bandeira da agroecologia quando eu soube que aqui no Acampamento tinha 6uma galera se organizando para montar um grupo de produtores orgânicos eu fui atrás e acabei me encaixando no grupo. Então foi montado o grupo e eu to fazendo parte da equipe do Grupo orgânico produzindo vidas aqui no Acampamento Dom Tomás (ENTREVISTADO 02, 2017).

O Grupo de Orgânico “Produzindo vidas” se organiza como uma iniciativa de resistência dentro do Acampamento. Os sujeitos que fazem partem deste vão, aos poucos, configurando suas territorialidades, apresentando sua organização própria, buscando apoios externos, colocando a agroecologia do Acampamento em diálogo com outros territórios agroecológicos. No capítulo seguinte será detalhado o tema da produção agroecológica no Acampamento.

4 A AGROECOLOGIA COMO UMA MATRIZ PRODUTIVA NO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO

O MST é um movimento social fruto das diferentes lutas que se acirraram no campo brasileiro no final da década de 1970 contra o regime da Ditadura Militar, entre eles pode-se destacar as Ligas Camponesas que foram extintas por esse regime político. Fernandes (2012, p. 496) esclarece que o MST é um movimento socioterritorial, fundado oficialmente em janeiro de 1984 no município de Cascavel (PR) e compõe em sua base diferentes sujeitos pobres que foram excluídos do acesso a terra (sem terra) e lutadores sociais que tem como objetivo a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

O MST surgiu a partir de um processo histórico e, conforme a dialética desse processo, ele incorpora novos debates, novas lutas que vão configurando a questão agrária no país. De acordo com Porto Gonçalves (2005, p.17) “o MST vem conclamando outros segmentos da sociedade a se mobilizarem, não só porque ‘a reforma agrária é uma luta de todos’, como seu slogan afirma, como também vêm se colocando explicitamente temas de interesse geral” e o debate da agroecologia, assumido como meta pelo MST desde o ano de 2000 no IV Congresso Nacional do MST, é um dos temas de interesse da sociedade que percebe as consequências da produção que atende apenas aos interesses do mercado.

Nesse sentido, nos Acampamentos do MST, o setor de produção é importantíssimo no processo de discussão e consolidação da agroecologia, uma vez que essa é a instância responsável por organizar os espaços para a lavoura, fazendo a medição e a distribuição dos lotes para as famílias produzirem suas roças. Também é de responsabilidade desse setor orientar e acompanhar a produção nos lotes, a fim de garantir que não seja utilizado nenhum tipo de agrotóxico ou fertilizante químico.

Quando perguntado para um acampado como ele havia entrado em contato com a agroecologia no Acampamento, o mesmo afirma: “no Acampamento eu já entrei em contato basicamente com responsabilidade, né? Quando entrei na instância da Direção era responsável pelo Setor de Produção” (ENTREVISTADO 03, 2017).

No Acampamento Dom Tomás Balduino, de acordo com registros em documentos internos, há aproximadamente 300 hectares que são cultivados, sendo que parte dessa área é destinada para a produção coletiva. De acordo com a Direção do Acampamento “pela situação específica da área, de monocultivo de pinus tornando pequena a quantidade de terra para as famílias produzirem, com pequenos lotes apenas, toda a produção é muito diversificada e rotativa, sendo orgânica e de transição agroecológica” (FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES/INCRA, 2017).

Ao passo em que a empresa Araupel vai retirando a madeira, o Acampamento vai organizando esse espaço para a produção de alimentos. Em relação às condições físicas do Acampamento, os entrevistados foram questionados se o tipo de solo permitia o bom desenvolvimento dos cultivos e estes socializaram as principais dificuldades percebidas a partir de suas experiências, nos seguintes termos: “sim o solo da região aqui é basicamente o melhor solo para cultivo do planeta, né? tanto fisicamente quanto quimicamente, né? Só tem algumas restrições químicas, mas que é muito fácil de resolver” (ENTREVISTADO 03, 2017).

Podemos perceber pelos relatos dos entrevistados que as dificuldades de produção estão relacionadas aos cultivos anteriormente presentes na área. Quando perguntado se o solo permite o cultivo dos produtos, um dos entrevistados afirma que sim, mas que é necessária intervenção para melhorar suas condições. Ele assim se manifesta:

A nossa área certificada é uma área que vai dar muito trabalho para preparar, ela é uma terra muito ácida pelo fato de ter sido retirada há pouco tempo uma floresta extrativista com uma área de *pinus* bem grande, floresta não, uma monocultura de *pinus*, e esse solo ficou bem frágil e muito compactado pelo peso das máquinas que fizeram o processo de corte da madeira. Então o solo propicia a gente trabalhar com várias culturas, mas não tá muito favorável pra algumas culturas, por exemplo, se você não virar a terra, mandioca, batata, essas coisas assim, sofrem um bocado para produzir, a terra tá muito compactada. Outra coisa, por exemplo, o milho, por experiências das outras áreas que passaram pelo mesmo procedimento dessa que ta passando pelos orgânicos agora, produziu muito pouco, eu, por exemplo, cultivei, plantei três áreas ali de milho e tinha lugar que o milho tava pendoando com 25 cm de altura de tamanho do pé e tinha manchas, num pequeno pedaço tava pendoando com um metro de altura. Então eu nem fui colher a produção que deu, não valia a pena a gente fazer um frete de lá aqui, por mais pequena que fosse, não produziu nada. Diferente do feijão, diferente do arroz que deu em alguns lugares que conseguiram virar a terra, a mandioca nos lugares que conseguiram virar a terra deu e ainda tá dando uma produção boa. Mas as plantas indicadoras aí de solo ácido elas tão vindo com todo vapor, então isso é uma indicação natural da situação da terra (ENTREVISTADO 02, 2017).

Os principais produtos agroecológicos cultivados pelos acampados são: feijão, milho, mandioca, batata-doce, amendoim, batatinha, pipoca, morango, arroz, pepino, abóbora, quiabo, maxixe e girassol. Grande parte das famílias tem organizado em seus quintais uma horta na qual cultivam hortaliças e legumes que complementam a refeição das mesmas, além de cultivarem nessas hortas plantas medicinais (figura 02).

Figura 02 - Horta de uma família acampada.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Algumas famílias têm criação de galinhas e alguns animais para a produção da carne e do leite. As famílias produzem alimentos básicos para o autoconsumo e algumas comercializam produtos internamente (com os próprios acampados) e externamente em feiras e eventos com venda direta ao consumidor. Conforme a afirmação de um dos entrevistados,

pra superar as dificuldades eu crio alguns animaizinhos pra gente abater aqui mesmo pra sobrevivência e tenho os meus alimentos próprios, por exemplo, que eu plantei o ano passado, o arroz o feijão. Eu tenho a minha horta, um mandiocalzinho bom que dá pra gente passar o ano, né? Um batatal, umas batatas muito bonitas, as batatas já estão grandes, boa pra alimentar, né? E estamos tentando ter algumas frutas também, é o que a gente o preparou, né? (ENTREVISTADO 01, 2017)

Em relação às sementes, geralmente as famílias realizam a troca das mesmas com os vizinhos, parentes, conhecidos do Assentamento Celso Furtado e nos Encontros de Agroecologia e do MST. As famílias buscam adquirir diferentes variedades de sementes orgânicas e, a partir da safra já realizada nos lotes do Acampamento, muitas dessas sementes foram selecionadas e guardadas pelos próprios acampados que esperam o momento do plantio. Para armazená-las, as famílias se utilizam de técnicas tradicionais, aprendidas com pais e vizinhos, conforme figuras 03, 04 e 05.

Figura 03 - Sementes armazenadas em embalagens de plástico.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 04 - Sementes armazenadas em sacos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 05 - Sementes de feijão.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Muitas famílias acampadas são filhos/as de agricultores assentados no Assentamento Celso Furtado e camponeses que trabalharam na roça desde a infância, trabalhando a maior parte de suas vidas com o modelo de produção de produção convencional. O contato com o debate da agroecologia se deu no espaço do Acampamento ou nos espaços de formação do MST. Ao ser questionado sobre as motivações para trabalhar com a agroecologia, um entrevistado afirma que,

na verdade, o que me motivou a correr atrás de estudar um pouco sobre o que é a agroecologia foi o Movimento, de tá participando, pelo fato de a gente ter sido acampado, ter entrado no Acampamento da Bacia no dia 22 de julho de 1999, quando tinha o Acampamento da Bacia o Movimento sempre divulgava essa questão. Então pelo fato de eu estar numa escola itinerante, se falava nessa questão da produção orgânica e agroecologia e mais tarde, em 2001, eu fui para o Ceagro, então lá já se vivenciava o trabalho com a questão da agroecologia. Então foi onde eu comecei a conhecer mais de perto isso, do que seriam algumas técnicas da produção orgânica e a agroecologia. (ENTREVISTADO 02, 2017).

O Entrevistado 03 (2017) apresenta seus motivos, enfatizando o seguinte: “as motivações e as causas que me levaram para a produção agroecológica foram tanto econômicas, tanto ambientais, sociais e a busca pela qualidade de vida e o comprometimento com os que ainda não vieram [...] as próximas gerações, né?”. Ou, ainda, de acordo com outro entrevistado que conheceu a agroecologia por meio da mídia e desenvolveu interesse pela mesma, onde no Acampamento a partir de

cursos e pelo debate para organização de uma área específica para a produção agroecológica sentiu-se mais motivado a contribuir. Segundo ele,

eu conheci pelo programa de televisão, comecei acompanhar, né? Certa época comecei acompanhar e fui estudando sobre aquilo e comecei a gostar e quando eu cheguei no Acampamento daí o pessoal me falou que tava tendo curso e ia ter uma área pra isso e tal e eu comecei me focar, entendeu?(ENTREVISTADO 01, 2017).

Nesse sentido, visando fortalecer a agroecologia no Acampamento foi criado o Grupo de Orgânicos Produzindo Vidas, o qual possui (conforme relato da entrevista citadas) uma área específica dentro do Acampamento para a produção agroecológica.

4.1 O GRUPO DE ORGÂNICOS “PRODUZINDO VIDAS”

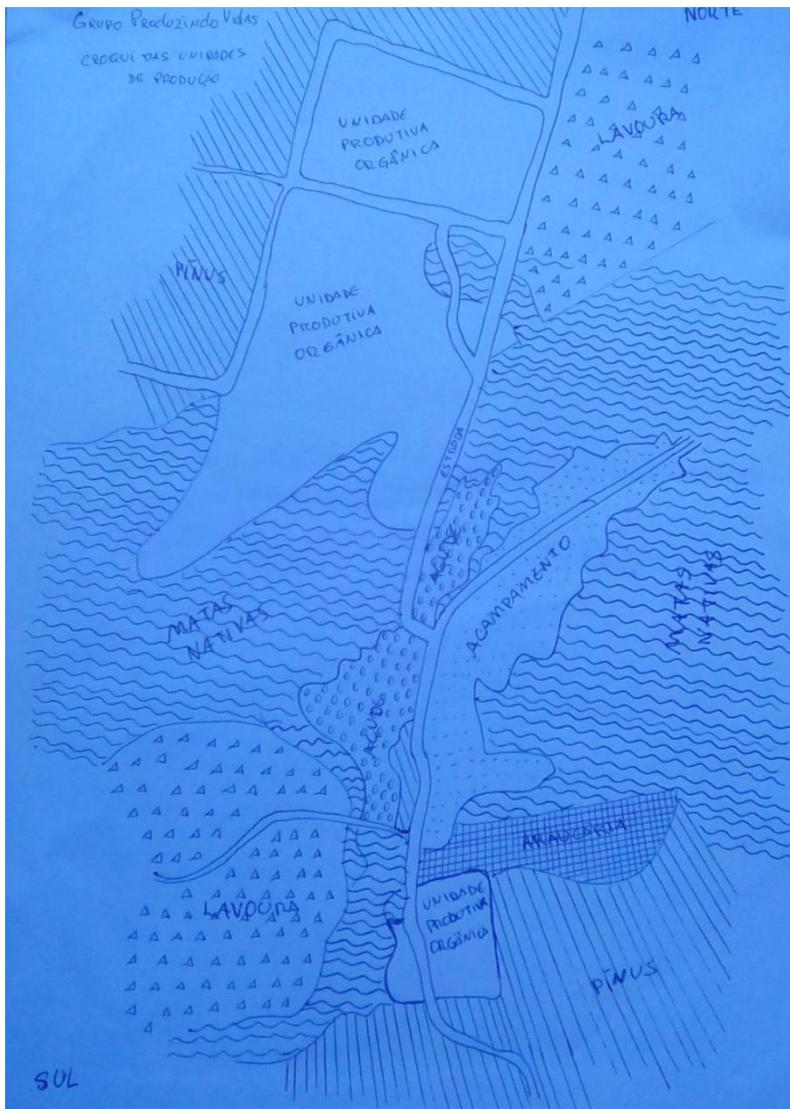
O Grupo de Orgânicos Produzindo Vidas existe desde meados de 2016 e surgiu a partir do interesse de algumas famílias em fortalecer o debate sobre a agroecologia no Acampamento. Esse interesse é resultado, em parte, do contato com o tema que esses sujeitos já tiveram em outros espaços/formações do MST. É o único grupo de agroecologia do Acampamento.

O Grupo tem uma organização interna para facilitar a divisão de tarefas e decidiu nomear um Coordenador, um Secretário/Relator (responsável pela produção/comercialização) e os Conselheiros de Ética (para a certificação). O Grupo assumiu, mediante assinatura de ata, o compromisso de desenvolver a agroecologia no Acampamento e, futuramente, no Assentamento quando conquistarem a terra.

Atualmente são 38 famílias cadastradas no Grupo “Produzindo vidas”. Cada família tem direito a um pequeno lote individual na área dos orgânicos para fazer sua produção e o Grupo está projetando uma produção maior, de forma coletiva, para comercializar e gerar renda a fim de contribuir com suas despesas e aquelas do Acampamento no que se refere aos gastos com cursos sobre a agroecologia.

A área destinada para a produção agroecológica foi definida pelo próprio Grupo (figura 06), que fez uma análise do lugar mais apropriado para a atividade, definindo uma área com barreiras naturais, próxima às casas das famílias acampadas.

Figura 06: Croqui das Unidades de produção do Grupo Produzindo Vidas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Para a definição dessa área o Grupo teve o apoio da Direção e das demais famílias acampadas. De acordo com um entrevistado,

A definição da área que hoje é destinada ao Grupo dos orgânicos se deu através da análise do lugar mais apropriado para ser feito a produção. Foi observado uma área que tinha o máximo possível de barreiras naturais pra fazer a escolha desse lugar e que também fosse um lugar que não fosse tão longe e um lugar que oferecesse uma produção, um resultado um pouco melhor em vista das experiências que a gente já teve nesse um ano de Acampamento. A área definida ela tem três laterais com mata nativa e sobre um terço dessa área passa uma rede de luz e debaixo da rede de luz todos que cultivaram tiveram uma excelente produção. Foi pensado também esse espaço, pensando na área debaixo das torres e essa área que continua a partir das torres sendo o espaço com as barreiras natural e pela

proximidade também do Acampamento, tendo em vista que tem um grupo grande, hoje nós temos 38 inscritos no Grupo e agora nesse primeiro momento talvez umas 25 famílias vão trabalhar diretamente no Grupo lá na área destinada à produção orgânica que já tá com certificado. Então foram esses pontos analisados para fazer a definição da área. Não teve nenhum conflito, muito pelo contrário, foi incentivado pelo Acampamento que o Grupo tivesse uma área e aí quando foi pedido pra gente ficar aqui perto ou noutro lugar ninguém se opôs a isso porque se, por exemplo, até saiu uma conversa assim, por exemplo, se eu não tenho coragem de trabalhar com os produtos orgânicos, com a técnica orgânica, então vamos deixar para quem tem, porque é um sistema mais bruto, bruto em termos de utilização da força de trabalho e então o pessoal, os demais do Acampamento que não fazem parte do Grupo, não se colocaram contra em nada, não ofereceram resistência nisso (ENTREVISTADO 02, 2017).

A produção na área está sendo planejada para o segundo semestre de 2017, onde já será uma produção certificada pela Rede ECOVIDA, pois a certificação dessa área foi concedida para o Grupo em agosto de 2017. Dessa forma, um dos entrevistados ressalta que “[...] agora, a partir desse ano, desse segundo semestre a produção que sair na área certificada só os produtos que saírem dali de dentro, só poderão ser vendidos os certificados através desse certificado que chegou” (ENTREVISTADO 02, 2017).

A Rede Ecovida surgiu a partir da iniciativa de ONGs, organizações de agricultores (associações e cooperativas) e consumidores na região Sul do Brasil que se colocaram de forma ativa no debate da institucionalização e certificação dos produtos orgânicos no Brasil. Nesse propósito, passaram “a debater a questão da formulação de um modelo alternativo de certificação da produção, o que culminou com a formulação do conceito de Certificação Participativa” (GONÇALVES, 2008, p. 141).

A certificação orgânica, na modalidade participativa, é realizada pelos próprios integrantes do sistema de produção e não por uma empresa externa contratada exclusivamente para esse fim. Segundo informações do site da própria Rede,

A certificação participativa é uma forma diferente da certificação que, além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões (REDE ECOVIDA, 2017).

A Rede Ecovida existe desde 1998 como entidade que deu início à Certificação Participativa no Brasil e é responsável por articular a produção, comercialização, formação e assistência técnica aos produtores. Atualmente, possui

27 núcleos regionais, envolvendo aproximadamente 352 municípios e 340 grupos de agricultores (cerca de 4.500 famílias envolvidas) e 20 ONGs. “Em toda a área de atuação da Ecovida acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas e ainda outras formas de comercialização”. (REDE ECOVIDA, 2017).

De acordo com Gonçalves (2008, p. 143) os produtos agroecológicos precisam de certificação, a qual se torna muito cara aos agricultores, devido aos altos custos cobrados pelas empresas privadas, sendo assim, as entidades que participam da Rede Ecovida fornecem assistência técnica, a fim de garantir a certificação solidária, barateando dessa forma o custo de certificação dos produtos e disponibilizando um selo específico aos agricultores que fazem parte da Rede.

Ao questionar os entrevistados sobre seu vínculo ou participação nas atividades da Rede Ecovida, estes ressaltam as seguintes afirmações “não estou vinculado formalmente, mas já participei de encontros da Rede Ecovida que eu não me lembro o nome e a Jornada de Agroecologia, né? Participo sempre, quase sempre” (ENTREVISTADO 03, 2017); “eu não participei [da Rede], tem outras pessoas daqui que participam, mas não chegou a minha vez ainda de participar” (ENTREVISTADO 04, 2017). Já o Entrevistado 01 (2017) afirma: “sou do conselho de ética”. O Entrevistado 02 (2017) afirma que,

tô agora iniciando, através do Grupo orgânico Produzindo Vidas, a participar dos trabalhos do Grupo da rede, mas no nosso Grupo nós temos, por exemplo, o nosso Coordenador que vai de vez em quando em algumas reuniões da camponesa⁶ e os nossos conselheiros de ética também participam de algumas reuniões por aí. Temos nosso companheiro que faz parte de acompanhar a produção, é responsável pela produção e comercialização dentro do nosso Grupo que sempre vai participar das reuniões da região do Grupo, do núcleo Luta Camponesa. Eu mesmo não participei de nenhuma reunião fora, assim com o compromisso de ir representando o Grupo e coisa e tal, porque a responsabilidade que tenho dentro do Grupo é a Secretaria e Relatoria, então eu não saí ainda nesse sentido (ENTREVISTADO 02, 2017).

Conforme visto no capítulo 01, a agroecologia contribui para a conquista e consolidação do território, uma vez que as famílias acampadas vão construindo suas territorialidades, por meio da troca de experiências entre os vizinhos, na prática

⁶ Nos municípios dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Paraná-Centro umas das formas que os agricultores familiares conseguem certificar a produção de base ecológica é através da certificação participativa. Esta é obtida através do controle social desenvolvido por atores sociais, incluindo os próprios agricultores, técnicos, consumidores que se organizam e mantêm a certificação. As famílias agricultoras vizinhas formam grupos, que se reúnem no Núcleo Regional Luta Camponesa que faz parte da Rede Ecovida de Agroecologia (AGROECOLOGIA EM REDE, 2016).

solidária uns com os outros, quando necessário realizar o empréstimo de ferramentas e “trocar dia” para manter e construir o território do Acampamento. Nesse sentido, o entrevistado 03 (2017) afirma que “as experiências que compartilho com os agricultores ocorrem no cotidiano, no dia a dia do Acampamento em conversas informais e reuniões de Grupo né?”. Já o Entrevistado 01 (2017) enfatiza o trabalho coletivo no território “a gente trabalha em grupo aqui dentro mesmo. A gente se reúne, faz o coletivo nosso né e trabalhamos aqui”. Sobre as estratégias utilizadas para superar as dificuldades da produção no Acampamento o entrevistado afirma o seguinte

como basicamente todos são individuais até então, cada um busca a sua forma de ‘dar seus pulos’, digamos assim, tem que achar a melhor maneira de produzir mais. No meu caso, por ser sozinho aqui e tempo bastante limitado em tá cuidando da lavoura, a estratégia que eu fui utilizar foi: na área convencional foi primeiro utilizar o fogo e depois passar o trator iria virar a terra e depois deixei que a natureza trabalhasse e uma vez fui limpar, foi mais nesse sentido. E não foi utilizado de algum adubo foliar ou coisa e tal, assim para aumentar a produção, basicamente o tradicional mesmo do cultivo ali (ENTREVISTADO 02, 2017).

Já o Entrevistado 03 relata como procura trabalhar de acordo como os princípios da agroecologia.

bom eu procuro sempre aproximar as minhas práticas e princípios com o funcionamento dos ecossistemas, pois ali no ecossistema tá a base do funcionamento do agroecossistema, então a agroecologia não é uma coisa tão difícil de produzir assim, você só basicamente tem que se aproximar da forma que um ecossistema funciona naquela região, afina ele tá ali se desenvolvendo há milhares de anos pra que aquilo aconteça perfeitamente daquela forma [...] troco serviço com algum vizinho mas fica bem restrito ao período da colheita, né? (ENTREVISTADO 03, 2017).

As famílias acampadas não participam de nenhuma associação ou cooperativa, no entanto todos os entrevistados afirmaram ter interesse em ser um associado ou cooperado futuramente. Os entrevistados também deram sugestões de cursos que gostariam que tivessem para a formação no Acampamento “acho que assim tipo, mais curso da agroecologia também, pro povo se conscientizar que tem que cuidar primeiro da terra, da água que daí o ar, tudo melhora” (ENTREVISTADO 04, 2017); “eu queria um curso pra trabalhar com levinos (peixes) que eu não tenho muita prática [...] E também pra trabalhar com mudas, fazer mudas de enxerto” (ENTREVISTADO 01, 2017).

eu tenho tanta vontade que no Acampamento tivesse formações, palestras voltadas à divulgação ao trabalho da agroecologia, divulgar a agroecologia. E eu sugiro que acaso é possível a gente trazer para o Acampamento cursos mais voltados algumas linhas de produção, mais exclusivas, por exemplo, como a gente ouve muito falar ah eu quero trabalhar com leite, como a gente divulga a questão do PRV⁷, as ideias e a questão da técnica do PRV. Outras pessoas querem trabalhar com o mel, nós estamos numa área de floresta, não vou dizer nativa, mas com cobertura vegetal bastante boa, que acredito que seja interessante para a gente desenvolver a apicultura. Outra questão também que acredito ser interessante no Acampamento é a piscicultura, trabalhar com a produção de peixes. Também acho interessante a gente, se tivesse como trazer cursos pra cá, cursos sobre agroindustrialização de produtos, por exemplo, como que a gente vai manusear a fabricação de queijos no assentamento, já que vai ter bastante leite, agregar valor a produção que vai ter, que a gente tá produzindo. Acredito que cursos voltados principalmente sobre a gestão da propriedade, gestão do lote, como você administra de fato isso. (ENTREVISTADO 02, 2017).

De acordo com o exposto podemos analisar no quadro abaixo uma síntese sobre as potencialidades e os limites em relação ao desenvolvimento da agroecologia no Acampamento Dom Tomás Balduino.

Quadro 01 - Limites e Potencialidades da agroecologia no Acampamento Dom Tomás Balduino

Potencialidades	Limites
Tipo de solo	Correção/recuperação do solo uma vez que este foi utilizado durante muitos anos pela Empresa Araupel na produção de monocultura do pinus. Necessidade de retirar os “tocos” deixados na retirada do pinus (falta de maquinários).
Disponibilidade de água	Recuperação e preservação das fontes.
Área destinada para a produção orgânica com mata nativa	-
Existência do Grupo de orgânicos Produzindo Vidas	Conquistar mais famílias para fazer parte do Grupo.
Solidariedade entre os acampados para realizar os trabalhos na roça	A maioria das famílias pretende conquistar a terra e trabalhar em lotes individuais.
Troca de sementes entre os acampados e assentados	Dificuldade em conseguir (comprar) sementes orgânicas para plantar.
Cultivo de diferentes culturas nas roças e hortas das famílias acampadas para a subsistência. Essa produção se dá a partir de conhecimentos tradicionais que as famílias carregam historicamente.	Falta de conhecimento para produzir caldas e biofertilizantes.

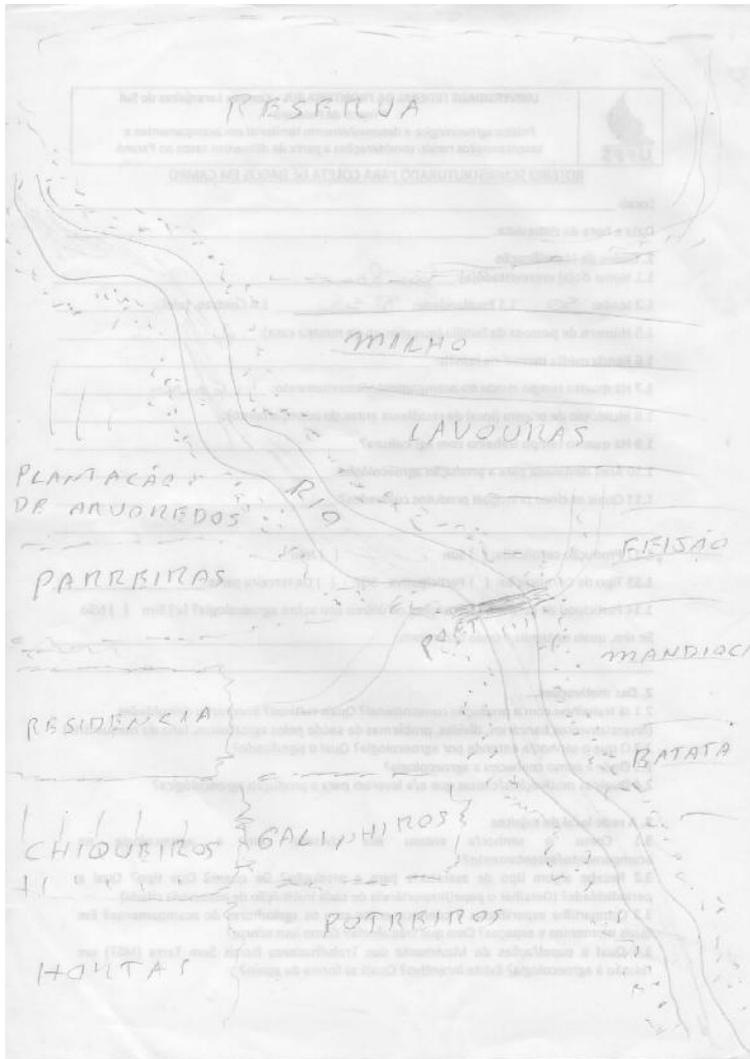
⁷ O PRV é um método de manejo do solo e dos pastos, com a participação dos animais – bovinos, ovinos, caprinos, bufalinos, equinos – e do humano e que é a expressão do uso das pastagens, a partir e respeitando os princípios da fisiologia vegetal. É, assim, um método científico de utilização dos pastos para a produção de leite, carne, lã, pele e outros alimentos e utilidades, sem veneno, sem agrotóxicos, sem transgênicos. É também, o método mais moderno, mais eficiente e mais econômico para a produção à base de pasto. PRV é a abreviatura de Pastoreio Racional Voisin (nome francês que deve ser lido e dito como Voasan) (MACHADO et al., 2016, p. 80).

Qualidade de vida no Acampamento proporcionada pela produção.	-
Os produtos cultivados são utilizados como “moeda de troca” entre as famílias acampadas.	-
Muitas famílias já trabalharam com o sistema convencional e relatam os problemas de saúde e financeiros ocasionados por esse modelo.	O debate sobre a agroecologia é uma novidade para muitas famílias.
Trabalho pedagógico da Escola Itinerante Wagner Lopes sobre a agroecologia que envolve a comunidade acampada: cartazes que são produzidos e exposto nos locais de uso coletivo, seminários e aulas.	Pouca participação da comunidade acampada nas atividades desenvolvidas pela Escola Itinerante.
Troca de conhecimento sobre a agroecologia na convivência entre os acampados, nas rodas de chimarrão e dias de reunião de grupo.	Não são organizados espaços específicos para que aconteçam as trocas de experiências, essas acontecem de forma espontânea.
Apoio de técnicos e agrônomos do CEAGRO para formação com as famílias acampadas	Necessidade em conhecer e desenvolver diferentes linhas de produção agroecológica no Acampamento.
Participação das famílias acampadas em cursos, palestras e Jornada de Agroecologia.	Falta de recursos financeiros para proporcionar a participação das famílias acampadas em cursos e formações.
Certificação da área pela Rede Ecovida	Ausência de políticas públicas para a produção agroecológica.
Interesse em conquistar uma cooperativa/associação para comercializar a produção agroecológica.	Falta de uma cooperativa/associação para organizar a produção para a comercialização de produtos em grande escala.
Demanda de comércio de alguns produtos cultivados pelas famílias acampadas.	Falta de estradas para viabilizar o transporte dos produtos

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

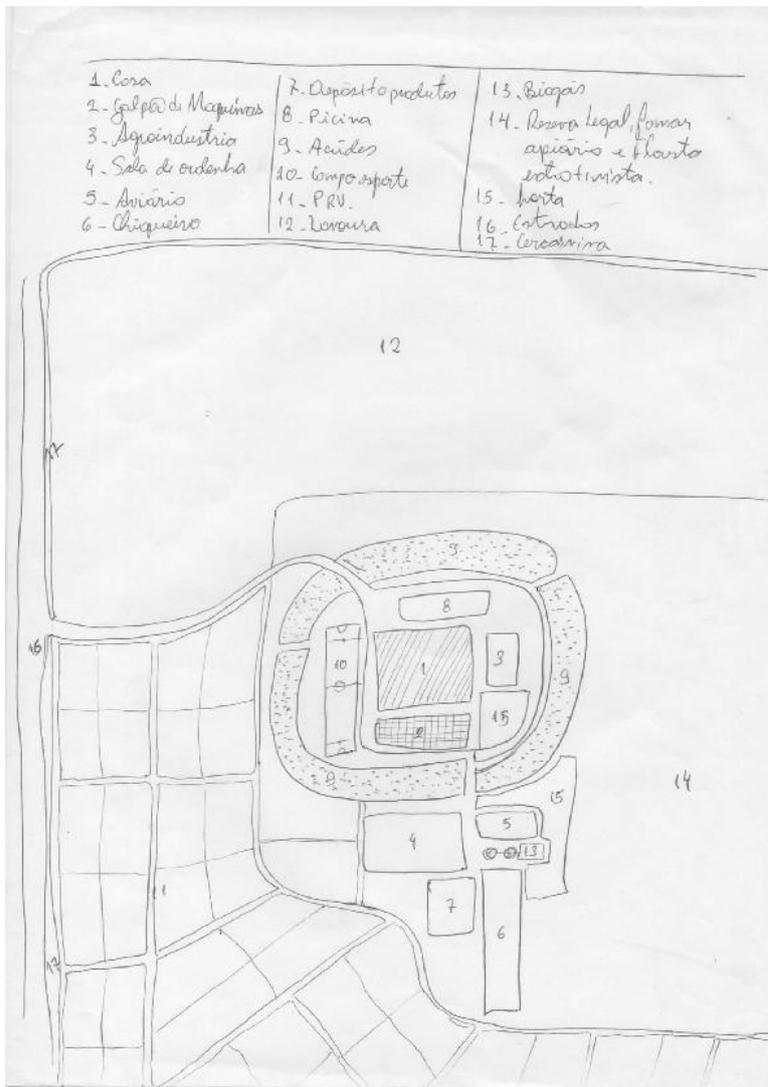
Os entrevistados foram convidados no âmbito do trabalho de pesquisa de campo a pensar a organização do seu futuro lote.

Figura 07: Croqui da futura propriedade do Entrevistado 01.



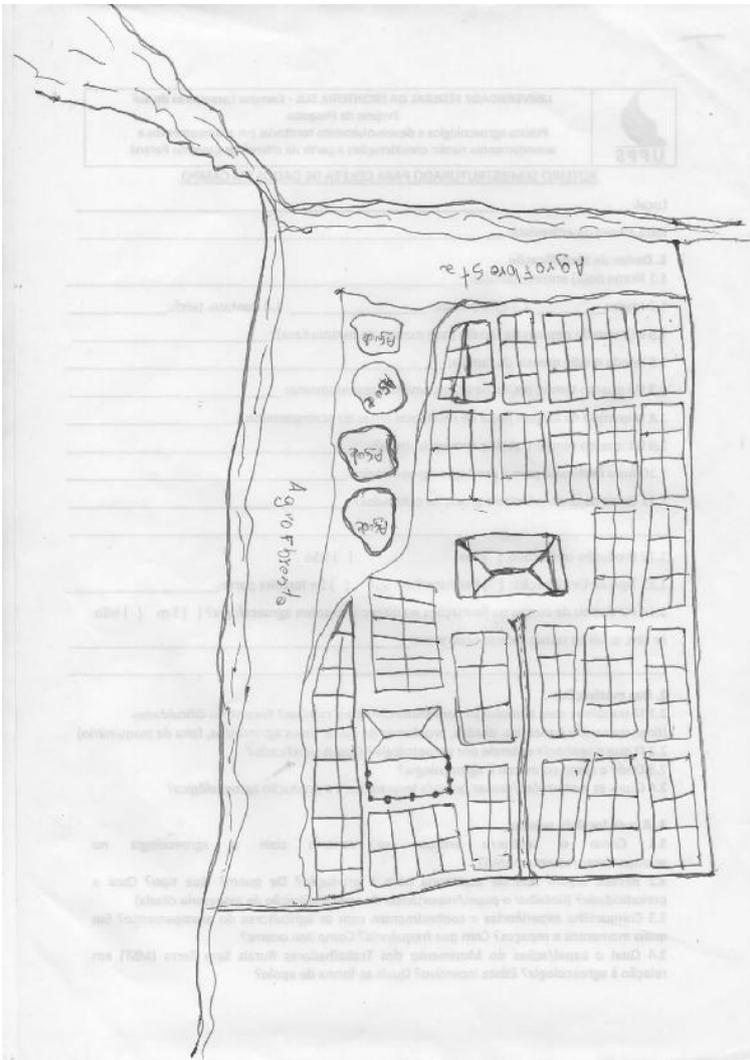
Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 08: Croqui da futura propriedade do Entrevistado 02.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 09: Croqui da futura propriedade do Entrevistado 03.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nos croquis, pode-se perceber que os acampados consideraram os recursos materiais (água, reserva florestal e terra) no planejamento e na transformação do território, apontando a melhoria do modo de vida a partir da produção diversificada de plantas e animais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Acampamento Dom Tomás Balduino é a expressão de reterritorialização das famílias sem terra, excluídas do processo de desenvolvimento do campo brasileiro, espalhadas por diferentes cidades, que ao ocuparem o latifúndio, paulatinamente, desterritorializam uma empresa que representa os interesses do capital na região. É resistindo com seu modo de vida, com sua organização, com a produção de alimentos e seu sonho da conquista da terra, que as famílias acampadas vão conquistando o território em disputa. Disputa esta, que já conta com decisão do Tribunal Regional Federal pela nulidade dos títulos da Araupel em Quedas do Iguaçu.

A agroecologia no Acampamento Dom Tomás Balduino vem mostrando a possibilidade de os sem terra construírem o território para garantir a sua sobrevivência. A organização política, ideológica e cultural do MST possibilita que os sujeitos antes desterritorializados de sua própria cultura, produzam não só alimentos, mas reinventem sua própria vida.

Como apresentado no quadro 01 e conforme informações transcritas nos trechos das entrevistas utilizadas, as famílias contam com um território que apresenta algumas potencialidades para o desenvolvimento da agroecologia, como o espaço físico que apresenta um bom solo e água em abundância. Embora as famílias acampadas encontrem dificuldades por não dominar as técnicas agroecológicas para a recuperação do solo que foi, durante muitos anos, utilizado para a monocultura de *pinus*, elas carregam e reproduzem no território os conhecimentos tradicionais, que expressam a resistência do camponês. Entre os elementos culturais construídos a partir da territorialidade do acampamento, podemos destacar a solidariedade entre os vizinhos na troca de sementes, serviços e ferramentas e a troca de experiências nas rodas de chimarrão. No âmbito econômico, as famílias utilizam a sua produção como moeda de troca entre os vizinhos, além de contarem com uma área certificada pela Rede Ecovida, o que facilita a comercialização da produção.

Entretanto, a agroecologia no Acampamento ainda não está conquistada a ponto de ser reconhecida como um modelo de produção hegemônico dentro do Acampamento. Embora todas as famílias cultivem suas roças utilizando técnicas

tradicionais, o número de famílias que optaram em fazer parte do Grupo dos orgânicos Produzindo Vidas não chega a 10% do total das famílias acampadas.

Portanto, é um desafio para as lideranças do Acampamento e sujeitos acampados que conhecem e defendem a agroecologia pensar e realizar mecanismos nas diferentes dimensões, a fim de conquistar os demais acampados a se inserirem no Grupo dos orgânicos “Produzindo Vidas”, fortalecendo assim a organização do mesmo a fim de conquistar políticas públicas, projetar outras organizações, com o objetivo de materializar a agroecologia no Acampamento e, futuramente, no assentamento.

Para além de conquistar o território material (terra/lote para o trabalho) o que já é um enfrentamento às estruturas do capitalismo, se faz necessário à luta permanente pela conquista do território imaterial (principalmente a ideologia) a fim de desenvolver o território com base nos princípios da agroecologia.

REFERÊNCIAS

ARAUPEL. **Sobre nós.** Disponível em: <http://www.araupel.com.br/sobrenos/sobrenos/>. Acesso em: 01 jun. 2017.

AGROECOLOGIA EM REDE. **O Núcleo Regional Luta Camponesa da Rede Ecovida de Agroecologia.** Disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=1482>. Acesso em: 17 nov. 2017.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO INCRA/PR. **Reunião para mediação de conflito agrário no Paraná termina com avanço para a paz no campo.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/reuniao-para-mediacao-de-conflito-agrario-no-parana-termina-com-avanco-para-paz-no-campo>. Acesso em: 01 jun.2017.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO INCRA/PR. **União e Inca propõem ação de nulidade de título imobiliário do imóvel Rio das Cobras.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/unia>.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Boletim da Educação – n 13. Alimentação Saudável: Um direito de todos! Jornada Cultural Nacional. 1 ed. São Paulo, 2015.

CAPORAL, Francisco R; COSTABEBER, José A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, p. 13 – 16, 2002.

CAPORAL, Francisco R; COSTABEBER, José A. Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. In: NOVAES, Henrique T; MAZIN, Ângelo D; SANTOS, Lais (Org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 263 – 283.

CEAGRO. Apresentação. Disponível em: www.ceagro.org. Acesso em: 16 nov. 2017.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.33-46.

DOSSIÊ ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO. Documento produzido pelas lideranças do Acampamento Dom Tomás Balduino (no prelo). Paraná, 2017.

ECOVIDA. Histórico da rede. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/sobre/historico-da-rede/>. Acesso em: 12 nov.2017.

FERNANDES, Mançano Bernardo. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**, São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215. 2009.

FERNANDES, Mançano Bernardo. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, São Paulo, Ano 8, N 6. p. 24 – 33, janeiro/junho de 2005. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 31 mai.2017.

FERNANDES, Mançano Bernardo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli Salete (org) et al. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 496 – 507.

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES/INCRA. Documento interno do Acampamento Dom Tomás Balduino (não publicado). Quedas do Iguaçu, 2017.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, Resistência e Emancipação: O modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. 311 p. Tese (Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente/SP, 2008.

GUHUR, Dominique Michéle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete (org) et al. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 57 -

HESPANHOL, Medeiros Rosângela. Agroecologia: Limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 117 – 136.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Reunião para mediação de conflito agrário no Paraná termina com avanço para a paz no campo**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/nOoticias/reuniao-para-mediacao-de-conflito-agrario-no-parana-termina-com-avanco-para-paz-no-campo>. Acesso em: 01 jun.2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **União e Incra propõem ação de nulidade de título imobiliário do imóvel Rio das Cobras**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/unia>. Acesso em: 01 jun.2017.

MACHADO, L. C. P et al. PRV - Pastoreio Racional Voisin e a produção de leite agroecológico. In: **15ª Jornada de Agroecologia: Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos. Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade, Colhendo Soberania Alimentar. Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura**. Lapa/PR, p. 78-83, 27 a 30 jul. 2016.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2 ed., 2015. p.215-225.

NORDER, Luiz A. Cabello. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. **Lutas e Resistências**, Londrina, V. 1, p. 107-120, set. 2006.

NOVAES, Henrique T et al. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, Henrique T; MAZIN, Ângelo D; SANTOS, Lais (Org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 209 – 228.

SCHMITT, Claudia J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173 – 198.

OLIVEIRA, Umbelino A. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, V. 15, n 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 27 mai.2017.

PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José A; CAPORAL, Francisco R. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. [S. l: s. n], 2006, p. 46-80.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Water. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Geografias Artigos Científicos**, Belo Horizonte, V. 1, n 1, p. 7-25, jul- dez. 2005.)

PRADO, Caio Jr. **A questão agrária no Brasil**. 1.ed. São Paulo. Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Tradução Maria Cecília França et al. 1.ed. São Paulo. Ática S. A, 1993.

ROOS, Djoni. A luta pela terra em Quedas do Iguaçu e a conquista camponesa dos Assentamentos Celso Furtado e Rio Perdido. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas - MS**, n. 13, Ano 8, p. 53- 86. 2011.

APÊNDICE A - Roteiro semiestruturado

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - <i>Campus Laranjeiras do Sul</i> Projeto de Pesquisa Prática agroecológica e desenvolvimento territorial em Acampamentos e assentamentos rurais: considerações a partir de diferentes casos no Paraná</p>
---	---

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA COLETA DE DADOS EM CAMPO

Local: _____

Data e hora da entrevista: _____

1. Dados de Identificação

1.1 Nome do(a) entrevistado(a): _____

1.2 Idade: _____ 1.3 Escolaridade: _____ 1.4 Contato. telef.: _____

1.5 Número de pessoas da família (que moram na mesma casa): _____

1.6 Renda média mensal da família: _____

1.7 Há quanto tempo reside no Acampamento/assentamento: _____

1.8 Município de origem (local de residência antes do Acampamento): _____

1.9 Há quanto tempo trabalha com agricultura? _____

1.10 Área destinada para a produção agroecológica: _____

1.11 Quais os cinco principais produtos cultivados? _____

1.12 Produção certificada: () Sim () Não

1.13 Tipo de Certificação: () Participativa - SGP () De terceira parte: _____

1.14 Participou de cursos ou formações no último ano sobre agroecologia? () Sim () Não

Se sim, quais os temas e onde ocorreram: _____

2. Das motivações...

2.1 Já trabalhou com a produção convencional? Quais cultivos? Encontrou dificuldades (financiamentos bancários, dívidas, problemas de saúde pelos agrotóxicos, falta de maquinário)

2.2 O que o senhor/a entende por agroecologia? Qual o significado?

2.3 Onde e como conheceu a agroecologia?

2.4 Quais as motivações/causas que o/a levaram para a produção agroecológica?

3. A rede local de sujeitos

3.1 Como o senhor/a entrou em contato com a agroecologia no Acampamento/assentamento?

3.2 Recebe algum tipo de assessoria para a produção? De quem? Que tipo? Qual a periodicidade? (Detalhar o papel/importância de cada instituição de assessoria citada)

3.3 Compartilha experiências e conhecimentos com os agricultores do Acampamento? Em quais momentos e espaços? Com que frequência? Como isso ocorre?

3.4 Qual o papel/ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em relação à agroecologia? Existe incentivo? Quais as forma de apoio?

- 3.5 Como ocorreu a definição pela área de produção agroecológica dentro do Acampamento? Quem participou dos debates? Como foram conduzidos? Houve conflitos?
- 3.6 Está vinculado à alguma associação e/ou cooperativa de produção orgânica? Qual a importância da mesma? Se não está associado, pretende associar-se? Por quê?
- 3.7 Recebe ajuda de outros agricultores para o plantio/colheita dos produtos no seu lote?
- 3.8 Sobre o trabalho na área coletiva de orgânicos: encontra dificuldades? Quais? Prefere o trabalho em área coletiva ou individual? (tentar mapear conflitos e possibilidades)

4. O *milieu* local (considerando tanto a área do lote quanto aquela coletiva)

- 4.1 O tipo de solo permite o bom desenvolvimento dos cultivos?
- 4.2 Tem disponibilidade de água?
- 4.3 Quais as principais limitações/dificuldades em relação ao espaço físico para a produção?
- 4.4 Utiliza algum insumo orgânico? (caldas, biofertilizantes, etc) Produz no próprio lote? Compra algum insumo?
- 4.4 Qual a origem das sementes dos produtos agroecológicos? Onde consegue?
- 4.5 Utiliza máquinas agrícolas? São próprias ou contratada de terceiros? Empréstada?

5. A relação de interação da rede local com o *milieu* e com os ecossistemas locais

- 5.1 Quais estratégias utiliza para superar as dificuldades da produção?
- 5.2 Utiliza a ajuda/troca de serviço de algum vizinho na produção agroecológica? Em que momento? Duração desse auxílio?
- 5.3 Quais práticas/técnicas e conhecimentos tradicionais que você já utilizava ou conhecia antes de iniciar a produção agroecológica foram incorporados nesse sistema de cultivo?

6. A relação interativa da rede local com redes globais

- 6.1 Está vinculado ou participa de atividades da Rede Ecovida de Agroecologia? Quais atividades? (Jornadas de Agroecologia, capacitações, cursos, etc.)
- 6.2 Comercializa parte da produção agroecológica? Qual(is) mercados acessa? Se não comercializa, teria interesse em comercializar?
- 6.3 Quais as dificuldades em relação à comercialização? (transporte, embalagem, quantidade de produto, etc).
- 6.4 Acessa alguma política pública para a agricultura familiar? Qual? Qual a importância desse recurso para a unidade de produção?
- 6.5 Acessa alguma política pública específica para a agroecologia? Qual? Descreva a sua importância e as mudanças ocorridas com o acesso a essas políticas.

7. Quais as principais dificuldades em relação à produção agroecológica? (Perguntar se o entrevistado deseja citar mais alguma dificuldade, para além daquela que já apareceram ao longo da conversa. Se a mulher trabalha sozinha, identificar dificuldades mais específicas).

8. Pretende produzir apenas produtos em sistema agroecológico? Por quê?

9. Tem sugestão para cursos, palestras ou outras atividades de formação que contribuiriam para o avanço e consolidação da agroecologia na comunidade onde reside?

***A relação de interação da rede local com o *milieu* e com os ecossistemas locais**

Você poderia desenhar nesse papel como enxerga ou imagina o seu lote após a conquista da terra? Poderia desenhar como ele seria dividido e quais usos/cultivos daria para cada parte (tipo de cultivo, área da casa, instalações para animais, área de pasto, etc.)?

APÊNDICE B – Questionário para a Direção do Acampamento

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA COLETA DE DADOS EM CAMPO - DIREÇÃO DO ACAMPAMENTO

Dados de Identificação

Nome do/a entrevistado/a: _____

Data e hora da entrevista: _____

Idade: _____ Escolaridade: _____

Contato. telef.: _____

Função: _____

1.A rede local de sujeitos

1.1 Como conheceu o MST?

1.2 Há quanto tempo está no Acampamento?

1.3 Há quanto tempo contribui na Direção do Acampamento? Como foi o processo de compor a Direção?

1.4 Participou da organização do Acampamento base? Como iniciou a discussão para organização do Acampamento? (Datas) A agroecologia já aparecia em alguma atividade nesse momento?

1.5 Quais motivos levaram a ocupação desse território (PROJETO 4)?

1.6 Data da formação do Acampamento base. Como foi a escolha do local?

1.7 Quantas famílias no Acampamento base? Como essas famílias ficaram sabendo do Acampamento? Como foram organizadas?

1.8 Como ocorreu a ocupação do projeto 4? Data e horário? Principais limites encontrados pela Direção e pelas famílias?

1.9 Quantas famílias vivem atualmente no Acampamento?

1.10 Como foi a escolha do nome do Acampamento? Por que esse nome?

2. O *milieu* local:

2.1 Que tipo de conflitos são (foram) enfrentados pelas famílias no Acampamento e fora dele?

2.2 Como é a organização do Acampamento? Quantos setores? Qual a função de cada setor e quantas pessoas responsáveis em cada um?

2.3 Qual a dificuldade para organizar um Acampamento e sua produção? Quais os principais produtos cultivados no sistema convencional? É permitido o uso de agrotóxico?

- 2.4 O que você pensa sobre a agroecologia? O que ela representa/significa para você?
- 2.5 Qual a importância da agroecologia na luta pela terra no Acampamento?
- 2.6 Como a agroecologia foi pautada pela Direção? Como foi o processo de discussão de implementação da agroecologia no Acampamento? (Se foi demanda do MST regional, estadual...)
- 2.7 Como está o envolvimento das famílias em relação à agroecologia? Algumas desistiram? Outras se somaram desde o início do Acampamento?
- 2.8 Como foi organizado a distribuição dos lotes para as famílias produzirem? Há uma área coletiva para a agroecologia?
- 2.9 Quais as principais vantagens na adoção da agroecologia no Acampamento?
- 2.10 Quais os/as principais entraves/dificuldades no desenvolvimento da agroecologia no Acampamento? (em relação aos aspectos físicos - solo, água, técnicas de produção, sementes; e sociais - conhecimentos, adesão dos acampados, etc).

3. A relação de interação da rede local com o *milieu* e com os ecossistemas locais

- 3.1 Que elementos são necessários considerar para construir a identidade do sem terra/ou cultura?
- 3.2 Que estratégias são utilizadas pela Direção para avançar em relação a produção agroecológica e a comercialização? Já ocorre a comercialização de algum produto?
- 3.3 O que mudou desde a ocupação do território (espaço físico e consciência das famílias)? São realizadas atividades de formação para a agroecologia? Quais? Quando (periodicidade)? Quem ministra? Qual seu conteúdo?
- 3.4 Como a Direção do Acampamento estimula as famílias a produzirem sem agrotóxicos?
- 3.5 Há algum mecanismo de certificação da produção orgânica? Se sim, como é feita?

4. A relação interativa da rede local com redes globais

- 4.1 Qual é a importância do MST para a sociedade?
- 4.2 Como o Acampamento se vincula com outras lutas/movimentos pautadas pelo MST no que se relaciona com a agroecologia?
- 4.3 Qual a relação do Acampamento com o município de Quedas do Iguaçu? Como cada território interfere um no outro?
- 4.4 Que ações o Acampamento desenvolve para conscientizar ou envolver os munícipes na luta pela terra e defesa da agroecologia? Quais os resultados dessas ações?
- 4.5 Que estratégias a Direção visualiza para a construção de um território onde a agroecologia seja a principal matriz produtiva? Você considera essas estratégias importantes? Porque?
- 4.6 Indique a necessidade de cursos/temas e atividades relacionadas com a agroecologia para o Acampamento.

APÊNDICE C – Quadro caracterizando os entrevistados durante a pesquisa de campo.

Quadro : Característica dos Entrevistados no Acampamento Dom Tomás Balduino

Entrevistados	Sexo	Idade	Escolaridade	Cidade de origem	Quanto tempo está no acampamento	Quanto tempo trabalha com a agricultura	Função no Acampamento
1	M	50 anos	8ª série	Foz do Iguaçu-PR	1 ano e meio	30 anos	Responsável pela coordenação do conselho de ética dentro do grupo Produzindo Vidas.
2	M	-	Ensino Superior completo	Paraguay	1 ano e meio	20 anos	Educador da Escola Itinerante e responsável pela relatoria e secretaria dentro do grupo Produzindo Vidas
3	M	22 anos	Ensino Superior incompleto	Quedas do Iguaçu-PR	2 anos e um mês	12 anos	Contribui no setor de produção
4	F	57 anos	5ª Série	Capanema-PR	2 anos	40 anos	Coordenadora de grupo